

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTORIA

CAMILO BRUNO MENDES TRINDADE
GLAUBER VALÉRIO CORTEZ BRANCO

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR PARA
NEGROS, PRATICANTES DE CULTOS AFRO-BRASILEIROS E PESSOAS
ECONOMICAMENTE CARENTES (CPV-NEGROS) NA UNIFAP**

MACAPÁ
2017

**CAMILO BRUNO MENDES TRINDADE
GLAUBER VALÉRIO CORTEZ BRANCO**

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR PARA
NEGROS, PRATICANTES DE CULTOS AFRO-BRASILEIROS E PESSOAS
ECONOMICAMENTE CARENTES (CPV-NEGROS) NA UNIFAP**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a
Universidade Federal do Amapá como parte dos
requisitos para a obtenção do Grau de Licenciado e
Bacharel em História, sob a orientação da Prof.^a. Dra.
Carmentilla das Chagas Martins.

**MACAPÁ
2017**

CAMILO BRUNO MENDES TRINDADE
GLAUBER VALÉRIO CORTEZ BRANCO

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR PARA
NEGROS, PRATICANTES DE CULTOS AFRO-BRASILEIROS E PESSOAS
ECONOMICAMENTE CARENTES (CPV-NEGROS) DA UNIFAP**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a
Universidade Federal do Amapá como parte dos
requisitos para a obtenção do Grau de Licenciado e
Bacharel em História, sob a orientação da Prof^a. Dra.
Carmentilla das Chagas Martins.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Data:

Prof^a. Dra. Carmentilla das Chagas Martins
Orientadora

Prof^a. Dra. Simone Garcia Almeida
Avaliadora

Prof. Dr. Andrius Estevam Noronha
Avaliador

MACAPÁ
2017

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a dona Ana do Socorro, mãe do Camilo, a quem devemos muito, a qual merece mais que ninguém, estar presente nessa nossa vitória. Também está inclusa nessa dedicatória as pessoas que nos ajudaram, nos toleraram, incentivaram e não desistiram de nos apoiar, mesmo quando já tínhamos desistido de nós mesmos. Sem elas, não saberíamos que somos abençoados com a Graça de Deus, ele que é Pai, Filho e Espírito Santo. Amém!

AGRADECIMENTOS

Camilo: agradeço a minha mãe Ana, por me proporcionar as condições para me graduar; aos meus pais-avós Alcides e Nazaré e a toda a minha família e amigos que me deram força nessa jornada.

Glauber: meus mais sinceros agradecimentos a nossa orientadora, Prof.^a Carmentilla das Chagas Martins. Agradeço também a Prof.^a. Sirliane da Costa Viana, Prof.^o Steve Wanderson Calheiros Araújo, Isis Renata Santana Miranda e Betânia Suzuki, pessoas estas que me ajudaram a manter o acesso aos documentos do CPV-NEGROS durante todo o tempo de pesquisa. Não há palavras de agradecimento que possam expressar a gratidão que sinto. A todos que me suportaram, a palavra “desistir” desapareceu do meu dicionário. Devo tudo a vocês!

RESUMO

O objetivo deste estudo foi apresentar a institucionalização do Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes dos Cultos Afro-brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes (CPV-NEGROS na UNIFAP. De maneira específica, pretendeu-se: saber quem foram os agentes do processo; e conhecer as condições históricas em que o CPV-NEGROS Negros foi institucionalizado e seus resultados. Para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que abrangeu os temas da escravidão, do racismo, dos movimentos políticos e sociais, mudanças jurídicas e relatos de episódios reais, referentes aos temas supracitados no mundo, e mais especificamente no Brasil, com diferentes abordagens por parte dos autores. Também foi produzida uma pesquisa documental para embasar a análise da criação e institucionalização do Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes dos Culto Afro-brasileiros e Pessoas economicamente carentes na UNIFAP, a partir do projeto original, relatórios, jornais, fotos, entre outros documentos. Concluiu-se que na primeira década dos anos 2000, percebe-se um aprofundamento nas discussões a respeito das ações afirmativas no Brasil. O novo reconhecimento da raça como categoria explicativa das desigualdades sociais brasileiras teve impacto profundo dentro e fora dopais, de forma que, políticas de ações afirmativas se transformaram em modelos para políticas de inclusão nos novos projetos governamentais. A criação e institucionalização do CPV-NEGROS na UNIFAP foi um processo dentro desse contexto.

Palavras-chave: Movimentos. Sociais. Negro. Políticas. Ensino Superior.

ABSTRACT

The objective of this study was to present the institutionalization of the Preparatory course for Blacks, Practitioners of Afro-Brazilian Cults and Economically Needed People (CPV-NEGROS, UNIFAP) in a specific way: to know who the agents of the process were; In order to prepare this monograph, a bibliographical research was carried out that covered the themes of slavery, racism, Political and social movements, juridical changes and reports of real episodes, referring to the themes mentioned above in the world, and more specifically in Brazil, with different approaches by the authors. A documentary research was also produced to support the analysis of the creation and institutionalization of the Preparatory course for Blacks, Afro-Brazilian Cult Practitioners and economically disadvantaged people in UNIFAP, from the original project, ordinances, reports, newspapers, photos, among other documents. It was concluded that in the first decade of the 2000s, there was a deepening of the discussions about affirmative actions in Brazil. The new recognition of race as an explanatory category of Brazilian social inequalities had a profound impact inside and outside the Federative Republic, so that affirmative action policies became models for inclusion policies in new government projects. The creation and institutionalization of CPV-NEGROS in UNIFAP was a process within this context.

Keywords: Movements. Social. Black. Policies. Higher education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimaraes ergue cópia da Constituição, em 5 de outubro de 1988.....	29
Figura 2: Deputado Luiz Inácio Lula da Silva discursando durante a votação da Constituição de 1988.	29
Figura 3: Instalação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, em 21 de março de 2003, durante o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.	31
Figura 4: Ministros e convidados da solenidade de instalação da SEPPIR.....	32
Figura 5 Publicação do relatório do Mocambo.....	41
Figura 6: Convênio UERJ/LPP/FORD, em parceria com a UNIFAP (fotocópia).	46
Figura 7: Publicação da criação do cursinho pré-vestibular.....	47
Figura 8: Capa do folder do I Seminário Universitário Inclusão Racial no Ensino Superior: para além de uma política de cotas (2003).....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra.
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da desigualdade.
CPV Negros	Cursinho Pré-Vestibular para Negros Praticantes dos Cultos Afro-brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes.
FAMA	Faculdade de Macapá
FCAB	Federação dos Cultos Afro-brasileiros do Amapá.
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FNB	Frente Negra Brasileira.
FUNDAP	Fundação de Apoio à Pesquisa e á Cultura da Universidade Federal do Amapá e do Estado do Amapá
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMMES	Instituto Macapaense de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPNGH	I Programa Nacional dos Direitos Humanos.
LPP	Laboratório de Políticas Públicas.
MNU	Movimento Negro Unificado.
MOCAMBO	Movimento Afro descendente do Amapá.
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial.
ONGs	Organizações Não Governamentais.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PDT	Partido Democrático Trabalhista.
PIAP	Programa de Inclusão, Acesso e Permanência
PIME	Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras.
PPCOR	Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira.
PROUNI	Programa Universidade para Todos.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PVNC	Pré-vestibular para Negros e Carentes.
SEAFRO	Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras.
SEAMA	Sistema de Ensino Superior da Amazônia

SEPPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.
STF	Supremo Tribunal Federal.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
TEN	Teatro Experimental do Negro.
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UHC	União dos Homens de Cor.
UNA	União dos Negros do Amapá.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
UNI ENEM	Unifap Pré – ENEM
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá.
UPV	UNIFAP Pré-Vestibular.
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	122
1 - O MOVIMENTO NEGRO: DILEMAS E CONQUISTAS	16
1.1 PRIMEIRA FASE: DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ O GOLPE DE ESTADO DE 1937.....	17
1.2 SEGUNDA FASE: DE MEADOS DE 1940 ATÉ O GOLPE MILITAR DE 1964	21
2 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CPV-NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: “A MODA QUE PEGOU”	34
2.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	38
2.2. ANÁLISE DOCUMENTAL	41
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se refere ao projeto de extensão “Cursinho Pré-Vestibular para Negros Praticantes dos Cultos Afro-brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes” (CPV-NEGROS), o qual surgiu e se institucionalizou na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), entre os anos de 2001 e 2003, que se deu por um esforço conjunto de pessoas e entidades para proporcionar um acesso mais fácil ao ensino superior para populações historicamente discriminadas e/ou marginalizadas no Amapá.

A UNIFAP era uma das mais novas instituições de ensino superior do Brasil, a qual, à data do lançamento do Projeto CPV-NEGROS, tinha um corpo docente ainda pouco consolidado e ainda em processo de qualificação, em busca de fomentar a pesquisa e a extensão em um dos mais pobres, isolado e pouco habitado estado do Brasil, que é o Amapá. Daí deve-se perguntar: como foi a institucionalização do CPV-NEGROS na UNIFAP?

Objetivo deste estudo é apresentar a institucionalização do Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes dos Cultos Afro-brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes - CPV-NEGROS na UNIFAP. De maneira específica, pretendeu-se: conhecer as condições históricas em que o CPV-NEGROS foi institucionalizado; saber quem foram os agentes do processo; e quais foram os resultados.

Os resultados do processo de institucionalização do CPV-NEGROS na UNIFAP foram, além da criação e manutenção do cursinho pré-vestibular - até a data de produção deste trabalho de conclusão de curso, mesmo com outros critérios de seleção em face ao original -, a aproximação da referida universidade com a comunidade não acadêmica e o implemento dentro da tradição de luta por causas sociais na UNIFAP das questões racial e de políticas públicas.

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que abrangeu os temas da escravidão, racismo, movimentos políticos e sociais, mudanças jurídicas e relatos de episódios reais, referentes aos temas supracitados no mundo, e mais especificamente no Brasil, com diferentes abordagens por parte dos autores.

Também foi produzida uma pesquisa documental para embasar a análise da criação e institucionalização do Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes dos Cultos Afro-brasileiros e Pessoas economicamente carentes na UNIFAP, a partir do projeto original, relatórios de andamento, jornais, fotos, entre outros documentos.

Este TCC foi escrito a partir da experiência de trabalho dentro do UPV-UNIFAP (outrora Cursinho CPV-NEGROS) de um dos autores e seu acesso a documentação. A

produção desse TCC é importante para comunidade acadêmica devido analisar um projeto de extensão da UNIFAP que trata de tema tão debatido como ações afirmativas e política de cotas no ensino superior brasileiro.

Sobre as ações afirmativas de ingresso de negros nas universidades, Oliveira e Sacramento (2010) informam que as políticas de ação afirmativa para negros no Brasil, no campo educacional, se orientam em dois eixos de atuação. O primeiro, de ações afirmativas que dirigem um conjunto de projetos voltados para a formação continuada de profissionais da educação, que possam atuar satisfatoriamente junto à população negra.

O outro eixo-guia, que é o de maior interesse neste estudo, concerne ao conjunto de projetos que incide sobre o ingresso de negros no ensino superior e à permanência desse grupo na Universidade. As primeiras iniciativas são verificadas a partir de 2002 na UERJ, quando o governo do estado do Rio de Janeiro aprovou legislação que determinava cotas para o ingresso de grupos marginalizados nas instituições de ensino superior administradas pelo Estado.

A partir de então, várias Universidades Estaduais e Federais seguiram o exemplo, aprovando legislações análogas a da UERJ no mesmo período. (DAFLON *et al*, 2013). Na UNIFAP, as discussões sobre ações afirmativas avançaram rapidamente para montagem de projetos de extensão comunitária, até que, em 2002, o projeto de extensão CPV-NEGROS foi contemplado com financiamento externo, via concurso do PPCOR financiado pela Fundação Ford vinculado a UERJ. No mesmo ano, o cursinho iniciou suas atividades de extensão, ficando até o ano seguinte funcionando de acordo com o projeto original.

Ao se ter em conta que o ensino superior brasileiro está firmado sobre três pilares: ensino, pesquisa e extensão; ao colocar em perspectiva histórica a institucionalização da extensão na UNIFAP, significa comprometer-se com o registro da historicidade dos agentes históricos envolvidos nesse processo.

Isso porque, o projeto em referência, conquistou espaço graças a condições históricas ao iniciar-se a década de 2000, não somente no que concerne aos movimentos sociais e aos avanços conquistados com as mobilizações desses movimentos junto ao governo brasileiro, como também por ele ter sido o primeiro projeto de extensão da UNIFAP focado na temática racial e o único institucional por algum tempo (2007-2008).

Cumprе ressaltar, que ele foi o projeto de maior longevidade, funcionando por nove anos (2002-2010), até sua reformulação completa, quando foi transformado no UNIFAP Pré-Vestibular (UPV) em 2011. No final de 2015 e início de 2016, o projeto foi novamente reformulado para se ajustar a realidade do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM),

tornando-se Unifap Pré-ENEM ou simplesmente UNI ENEM, ligado ao Programa de Inclusão, Acesso e Permanência – PIAP da instituição.

Até o período de elaboração deste trabalho, o projeto continua em andamento, atendendo à comunidade acadêmica da instituição, através de seus bolsistas e voluntários de ensino e coordenação, como também à comunidade do entorno da universidade e dos municípios de Macapá e Santana. Porém, com a reformulação da temática racial do CPV-NEGROS, a mesma foi inserida em uma abordagem mais socioeconômica. Assim, as comunidades economicamente carentes, sem distinções de credo ou de cor, tornam-se aptas a participar do projeto, atualizando, dessa forma, a proposta do projeto, que é se ajustar as demandas da segunda década do século XXI.

Baseado nos documentos analisados, podemos afirmar que as demandas trazidas pela comunidade acadêmica somadas às da comunidade estudantil do estado do Amapá, contribuíram majoritariamente para a implantação de um projeto de extensão com uma temática racial na primeira década do século XXI, aproveitando as oportunidades geradas pela ampla discussão do tema racial em âmbito nacional, sendo de fundamental importância para que esse projeto se instalasse e operasse na UNIFAP.

Tais demandas, trazidas pelos movimentos sociais, nesse caso, o movimento negro amapaense e paraense, têm raízes históricas mais profundas, que finalmente encontraram condições de surgir no plano educacional, do ensino superior, como consolidação dos resultados das lutas que os movimentos sociais vinham ganhando no Brasil desde a década de 1970, solidificando as condições para o surgimento do movimento negro contemporâneo.

Para tanto, a pesquisa historiográfica pode ser organizada em três eixos de discussões: Social, Intelectual e Educacional. No eixo de discussões sociais, buscou-se em Pereira (2010) e em Abreu (2010), a história do movimento negro brasileiro e suas transformações desde o início do século XX até o final da década de 1970, quando o Movimento Negro Contemporâneo surgiu.

Com Grin (2005), Hasenbalg (2005) e Nascimento (2006), se completa o contexto histórico brasileiro - décadas de 1970 a 2000 - em que o movimento negro contemporâneo consegue, graças ao desenvolvimento e internacionalização do conceito de Ações Afirmativas, transformar questões raciais, em questões de Estado.

No eixo intelectual de discussões, com Oliveira e Sacramento (2010), Queiroz (2007), Silva e Carvalho (2010), Hasenbalg (2005) e Grin (2004) se buscou explorar o contexto histórico de desenvolvimento e transformações do pensamento racial brasileiro durante todo o século XX e início do século XXI. Por fim, no eixo educacional, buscamos em Abreu (2010);

e Oliveira e Sacramento (2010), as discussões pertinentes às ações afirmativas no campo educacional focado no ensino superior ao longo da década de 1990 a 2000.

Para a pesquisa documental, usou-se fontes documentais para pesquisar as condições históricas da implantação do CPV-NEGROS dentro da UNIFAP, no período de 2002 a 2003. As fontes documentais e seu tratamento foram:

- Projeto original (CPV-NEGROS): este documento serviu de base para a pesquisa, no intuito de identificar as diretrizes originais do cursinho, que permitiram sua institucionalização. Coletou-se o projeto nos arquivos do CPV-NEGROS e analisou-se suas diretrizes básicas, através de uma fotocópia do documento original, pois não se dispõe dele, como mídia eletrônica.

- Relatórios de andamento do projeto: esses relatórios estão disponíveis no arquivo administrativo do UPV e foram úteis para a análise da visão da coordenação sobre o projeto, as dificuldades de execução, os acontecimentos considerados importantes pela mesma, além das formas de articulação política para manter o projeto funcionando, com o foco nas políticas de ação afirmativa para negros, carentes e praticantes de cultos afro-brasileiros.

Para melhor organizar o trabalho, ele foi dividido em dois capítulos. No primeiro, intitulado “O Movimento negro brasileiro: dilemas e conquistas”, se descreve as dinâmicas que caracterizaram a trajetória da mobilização dos negros em busca de igualdade e melhores condições de vida. Portanto, este primeiro capítulo oferece o registro histórico do movimento negro na sociedade brasileira, demonstrando que os negros mantiveram-se como agentes de sua própria história.

O segundo capítulo, intitulado “A Institucionalização do CPV-NEGROS na Universidade Federal do Amapá: a moda que pegou”, trata da análise dos dados documentais extraídos do projeto original e relatórios de andamento do projeto entre 2002 e 2003, à luz dos pressupostos historiográficos.

Dessa forma, esse trabalho tem total importância para a produção historiográfica no Amapá, pois abarca meios que possibilitem o ingresso de alunos negros numa universidade requisitada no estado no qual se trata da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, através da implantação de projetos voltados a essa questão, possibilitando assim que o racismo e preconceito com os afro-brasileiros sejam reduzidos e seja alcançada a desigualdade social dentro dessa instituição de ensino.

1 - O MOVIMENTO NEGRO: DILEMAS E CONQUISTAS

Neste primeiro capítulo, descrevem-se as dinâmicas que caracterizaram a trajetória da mobilização da população negra em busca de igualdade e melhores condições de vida. Portanto, o capítulo oferece um registro histórico do movimento negro na sociedade brasileira, demonstrando que as populações negras mantiveram-se como agentes de sua própria história.

Busca-se em Abreu (2010), Dantas (2010) e Pereira (2010), a história do movimento negro brasileiro e suas transformações, desde o início do século XX até o final da década de 1970, quando o Movimento Negro Contemporâneo surgiu. Com Grin (2005), Hasenbalg (2005) e Nascimento (2006), se completa o contexto histórico brasileiro - décadas de 1970 a 2000 - em que o movimento negro contemporâneo consegue, graças ao desenvolvimento e internacionalização do conceito de Ações Afirmativas, transformar questões raciais, em questões de Estado.

Para que o CPV-NEGROS funcionasse como um projeto voltado ao atendimento exclusivo de pessoas que se declarassem negras, praticantes de cultos afro-brasileiros e economicamente carentes, dentro da UNIFAP, era preciso que houvesse as condições necessárias para que as demandas trazidas pelos movimentos sociais pudessem ser atendidas pelo poder público e assim transformar essas demandas em projetos, ações organizadas e políticas públicas através de seus agentes, que no caso da UNIFAP, foram professores, alunos, técnicos e sociedade civil organizada.

Acredita-se que as demandas trazidas pela comunidade acadêmica somadas às da comunidade estudantil do estado do Amapá, pressionaram a implantação de um projeto de extensão com uma temática racial na primeira década do século XXI, aproveitando-se as oportunidades geradas pela ampla discussão do tema racial em âmbito nacional, sendo de fundamental importância para que esse projeto se instalasse e operasse na UNIFAP.

Essas demandas, trazidas pelos movimentos sociais, no caso o movimento negro amapaense e paraense, têm raízes históricas mais profundas e que finalmente encontraram condições de surgir no plano educacional do ensino superior, como a materialização das lutas dos movimentos sociais que vinham ganhando força no Brasil desde a década de 1970 do século passado, quando o movimento negro contemporâneo surgiu.

Segundo Pereira (2010), o desenvolvimento do movimento negro no Brasil passa por três fases: a primeira vai do início do século XX até o Golpe de Estado em 1937; A segunda

fase vai de meados de 1940 até o Golpe Militar de 1964, e a terceira fase vai da década de 1970 até o início do processo de Abertura Política em 1974. Tratar-se-á dessas fases seguir.

1.1 PRIMEIRA FASE: DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ O GOLPE DE ESTADO DE 1937

Mesmo com a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil, não houve nenhum esforço político real de inclusão social dos egressos do cativo e seus descendentes. Mesmo com a mudança do regime monárquico para republicano, a discriminação racial permaneceu. Os ex-escravos e seus descendentes procuraram se distanciar da memória do passado escravista; mas, segundo Dantas (2010), os egressos da escravidão no período da I República (1889-1930) continuaram sofrendo com práticas discriminatórias como restrições ao frequentar bares, hotéis, clubes e salões de baile; restrições ao acesso a instituições educacionais públicas e privadas; e entraves ao tentar assumir cargos públicos conquistados via concurso, sem contar a intimidação, violência policial e a exposição a tratamento desigual, típico do período escravista.

Também, de maneira não oficial, determinadas ações governamentais, no início do século XX eram determinadas pela lógica racial. Exemplo disso eram as políticas sanitaristas de controle epidêmico na cidade do Rio de Janeiro. Elas eram direcionadas para o combate das doenças que atingiam principalmente os imigrantes, caso da febre amarela, ao passo que, a tuberculose, doença que fazia mais mortes entre os negros, em função de suas precárias condições de vida, não recebeu tal atenção.

Além do mais, os médicos sanitaristas estavam convencidos de que era nos cortiços, nos quais vivia a maioria da população pobre e negra do Rio de Janeiro, que as epidemias surgiam e se disseminavam. Essa convicção se devia a configuração das habitações coletivas e a suposta inclinação natural da população dos cortiços de manter uma vida promíscua, anti-higiênica e viciada, uma ameaça para a saúde pública (DANTAS, 2010).

Ainda sobre a I República, a historiografia brasileira até os anos de 1980 pouco investigou sobre a presença e atuação política dos negros, algo que começa a mudar a partir de então e:

[...] atualmente, já há importantes trabalhos que recuperam a participação da população negra nesse período em revoltas urbanas e rurais, em mobilizações por melhores condições de vida, autonomia e igualdade de tratamento, no movimento operário, na imprensa, na organização de espaços próprios, como associações dançantes, clubes recreativos, centros cívicos, grupos carnavalescos e times de futebol (DANTAS, 2010, p. 141).

Isso significa dizer que a população negra no contexto da I República foi retratada por alguns analistas como apática ou anômica, esperando concessões e benesses do Estado. Retrato esse que só perdurou porque existia um silêncio sobre a presença política da população negra brasileira, e este silêncio é muito mais historiográfico do que histórico (DANTAS, 2010).

Estudos recentes mostram que havia ampla presença de negros em manifestações, protestos e revoltas por questões de trabalho, por melhores condições de vida, por igualdade de tratamento, espaços de atuação, visibilidade, reconhecimento e autonomia no período que vai da Abolição da Escravatura até o fim da I República:

A atuação da Guarda Negra (principalmente, entre 1888 e 1889), a Guerra de Canudos (BA, 1896-1897), a Revolta da Vacina (RJ, 1904), a eleição de Monteiro Lopes para a Câmara dos Deputados (RJ, 1909), o sucesso do músico negro Eduardo das Neves, as comemorações do 13 de maio, a projeção popular alcançada pelo abolicionista José do Patrocínio e pelo capoeira Francisco Ciríaco, a Revolta da Chibata (RJ, 1910) são alguns dos momentos/processos emblemáticos da politização do tema racial e da presença política da população negra na sociedade daquele momento. Estudos sobre temas similares têm se multiplicado entre os historiadores brasileiros. (DANTAS, 2010, p. 145).

Dantas (2010) defende com base em Flavio Gomes¹, que lutar por essas questões significava reafirmar direitos e interesses que foram redefinidos depois de 1888 e 1889, em termos étnico-raciais, culturais e coletivos. Daí, então, a importância do papel desempenhado pelas organizações negras na ampliação do debate sobre a situação do negro e na luta contra desigualdades raciais nas primeiras décadas republicanas, pois:

Eram instituições fundadas por homens e mulheres negros impedidos de participar de instituições congêneres dirigidas por brancos e/ou decididos a ocupar seu espaço naquela sociedade. Dentre elas, vale mencionar as sociedades beneficentes e de ajuda mútua, as sociedades recreativas, as associações operárias, os times de futebol (como o Cravos Vermelhos, São Geraldo e Onze Galos Pretos – todos de São Paulo), os grupos carnavalescos, os centros cívicos, os jornais e as instituições educacionais destinadas à formação da população negra. O Colégio São Benedito, fundado em Campinas no ano de 1902 por um professor negro e mantido, a partir de 1910, pela Federação Paulista dos Homens de Cor e Escola Progresso e Aurora, fundada em 13 de maio de 1908, em São Paulo, pelo abolicionista negro Salvador Luís da Paula são exemplos importantes desse tipo de instituição. (DANTAS, 2010, p. 146).

Em um panorama em que a presença de populações negras era indesejada e marginal, os jornais passaram a ser espaços alternativos para o debate de questões específicas, como promover a integração, a organização da população negra e denunciar episódios de discriminação racial. Para isso, intelectuais negros fundaram vários jornais – a maioria deles em São Paulo – a partir da primeira década do século XX. Esse movimento ficou conhecido

¹GOMES, Flávio. *Experiências atlânticas*. Passo Fundo: UPF, 2003.

como “imprensa negra”, sendo comum encontrar nesses jornais denúncias de racismo (DANTAS, 2010, p. 147).

Esse movimento ficou conhecido dessa forma devido a um importante movimento que teve como identidade étnica, onde o povo negro buscava a querer fazer parte da sociedade brasileira, no qual essas manifestações tiveram total importância na luta ideológica anti-racista. Dando início assim, aos principais jornais que marcaram a luta do negro brasileiro pela cidadania na sua trajetória de melhoria de vida.

Logo depois da abolição, já circulavam jornais voltados para as populações negras, como o *Treze de Maio*, do Rio de Janeiro (1888), e *O Exemplo*, de Porto Alegre (1892). Chama a atenção também um conjunto de jornais publicados na cidade de São Paulo a partir da década de 1910, e que, nos anos 1920, passaram a ter um caráter de denúncia da discriminação racial (PEREIRA, 2010, p. 153-154).

A iniciativa da imprensa negra brasileira ia além dos esforços locais de promoção do bem-estar da população negra; também compartilhava experiências com outros jornais do mesmo estado, se ligando até as redes internacionais, como iniciativas de movimentos negros da Argentina e Estados Unidos.

Esta circulação de informações sobre movimentos negros no contexto americano foi chamada de “Atlântico negro” por pesquisadores como Paul Gilroy (2001), pois essas interações permitiam pensar o preconceito racial em uma perspectiva muito mais ampla com possibilidades de cooperação e organização internacional. Contudo Pereira (2010) enfatiza que:

O jornal *O Clarim d'Alvorada*, criado por José Correia Leite (1900-1989) e publicado de 1924 a 1932 em São Paulo, por exemplo, mantinha um intercâmbio com o jornal *Chicago Defender* (criado na cidade de Chicago em 1905, tornou-se o mais importante jornal da imprensa negra norte-americana) e abrigava uma seção intitulada “O mundo negro”, na qual eram publicadas traduções de artigos do jornal *The Negro World* – criado em Nova York pelo jamaicano Marcus Garvey (1887-1940), defensor do pan-africanismo (PEREIRA, 2010, P. 154-155).

Esses jornais formaram lideranças que, na segunda e terceira década do século XX ampliaram os espaços de atuação negra. Graças a um contexto de transformações internacionais (Crise de 1929) e nacionais (Revolução de 1930), que alteraram as relações de poder na sociedade brasileira, foi possível sair da denúncia antirracista, passando a atuar contra o racismo através da formação de várias organizações políticas, donde destacamos a Frente Negra Brasileira (FNB).

Em 16 de setembro de 1931, a FNB foi fundada com objetivo de “unificar a luta das entidades negra que atuavam em várias regiões do país”. Para que a FNB fosse possível em

1931, ela precisou da existência de organizações negras pré-existentes desde o século XIX (SILVA, 2010, p. 123).

Segundo Pereira (2010) “a “imprensa negra” já citada e os “grêmios, clubes ou associações de negros”, como, por exemplo, o Club 13 de Maio dos Homens Pretos, criado no Rio de Janeiro em 1902, e o Centro Cívico Palmares, criado em São Paulo em 1926”. (p. 153-154). Seis anos depois, ela já tinha ramificações em vários estados chegando a se transformar em um partido político. Nesse tempo, já tinha promovido todo tipo de atividade antirracista: passeatas e desfiles, cursos profissionalizantes e reivindicações junto aos órgãos públicos para a admissão de negros no mercado de trabalho, e mesmo com esse desenvolvimento, em 1937, a FNB foi extinta junto com os outros partidos com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas.

A divulgação e o chamamento para as ações ficavam por conta do jornal *A Voz da Raça*, criado em 1933. Em face do seu êxito organizativo, em 1936 a Frente registrou-se como partido político, topando de frente com o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1937, que a fechou juntamente com os demais partidos políticos da época (SILVA, 2010, p. 126).

A FNB teve o mérito de ser a mais importante e uma das primeiras organizações do movimento negro brasileiro no início do século XX, a ser reconhecida por oferecer a população negra, a possibilidade de organização, educação e ajuda ao combate a discriminação racial. Em termos numéricos foi a maior organização política de combate ao racismo no Brasil, chegando a ter cerca de setenta mil associados distribuídos em vários Estados². (SILVA, 2010).

Segundo Silva (2010, p. 126) outro mérito é o reconhecimento de sua atuação contra o racismo, “seja do ponto de vista da denúncia [...], seja pelo fortalecimento da consciência negra e também pelo estímulo ao processo de ascensão social dos negros”, se tornando referência de luta antirracista, apesar de autores e militantes de esquerda considerarem sua ação reprodutora de valores sociais e de atitudes impostas pela ideologia do branqueamento.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se, então, que a primeira fase do movimento negro no Brasil tem como característica básica a busca por iniciativas de inclusão do negro na sociedade brasileira, com caráter assimilacionista, ou seja, a inclusão do negro era promovida sem se buscar a transformação da ordem social vigente. Exemplo disso é que seus membros recebiam carteiras de associados que os identificavam como “homens de bem” perante as autoridades (NASCIMENTO, 2000, *apud* SILVA, 2010, p. 126).

²A FNB tinha núcleos em São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gérias e Rio Grande do Sul.

A criação e consolidação da FNB, como força política nacional foi ponto alto dessa fase e expressava:

[...] tendências profundas, que se agitavam no “meio negro” e exigiam transformações substanciais, a longo termo, do comportamento, da personalidade e do estilo de vida da “gente negra”... serviu como ponto de referência das primeiras formas e objetivação social daquelas tendências... abrindo novas sendas à influência ideológica dos movimentos reivindicatórios e provocando avanços que não se fariam a não ser sob a pressão emocional ou moral da própria ação reivindicatória. (FERNANDES, 1976, *apud*: SILVA, 2010, p. 123).

Outra característica dessa primeira fase é o nacionalismo, declarado pelas organizações de homens e mulheres de cor da época. Nacionalismo esse que era mais radical e conservador na FNB, expressando a vontade e aspirações de negros de classe média, o que expunha suas concepções políticas limitadas. O forte apelo popular que tinha se devia as tentativas de colocar os afro-brasileiros em condições de se integrarem à sociedade capitalista; por isso, conquistou grande número de filiais e associados. Contudo não era uma unanimidade:

Houve, por exemplo, a criação de organizações que discordavam dos caminhos tomados pela FNB, como a Frente Negra Socialista, fundada por um grupo dissidente da FNB em 1932, e o Clube Negro de Cultura Social, criado no mesmo ano por José Correia Leite, que havia sido um dos fundadores da FNB, em 1931. (PEREIRA, 2010, p. 155).

Com esses desdobramentos, Pereira (2010, p. 155) sugere que “o movimento negro na década de 1930 era plural e complexo” e não apático e invisível, como a historiografia permitiu que a população negra brasileira fosse vista até a década de 1980. Ao contrário, a historiografia a partir de então, começou a mostrar que a população afro-brasileira procurou encaminhar suas demandas e reivindicações por conta própria, mesmo com a sociedade da época pouco disposta a considerá-las.

Por isso, a importância de estudos que demonstram sua presença política na sociedade, mesmo que delas não se tenha colhido amplas conquistas políticas e sociais, essa experiência foi de fundamental importância naquele momento, pois “abriram espaços de organização e visibilidade para o fortalecimento posterior dos movimentos negros no Brasil” (DANTAS, 2010, p. 150).

1.2 SEGUNDA FASE: DE MEADOS DE 1940 ATÉ O GOLPE MILITAR DE 1964.

A segunda fase do movimento negro vai de meados de 1940 até o Golpe Militar de 1964, e é o período de redemocratização política brasileira. Esse contexto histórico é marcado pela organização do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, no Rio de Janeiro, e da

criação em 1943 da União dos Homens de Cor (UHC), com sede inicial em Porto Alegre e com ramificações em dez estados da federação (PEREIRA, 2010).

O persistente racismo nesse período, mesmo diante do enfraquecimento do fundamento biológico para se justificar, se mantém sob forma de ideologia e, paralelo às ideias de mestiçagem, tolerância racial e assimilação cultural, se rearticula e assume forma nacionalista, conservadora e assimilacionista, fazendo organizações nos moldes da FNB parecerem desnecessárias e perigosas (DANTAS, 2010).

Nesse contexto, as denúncias de práticas racistas pela “imprensa negra” e a fundação de instituições negras com o objetivo de combater a discriminação racial eram mal vistas e silenciadas pela sociedade dominante. Os negros que participavam desse tipo de mobilização eram acusados de racismo às avessas e de promover separações raciais – que não existiriam no Brasil. Portanto, negar a discriminação racial e suas consequências para a população negra foi a forma pela qual o racismo se manifestou entre os setores sociais dominantes no Brasil durante as primeiras décadas republicanas. (DANTAS, 2010, p. 149).

Nesse panorama, organizações como a TEN e a UHC, se mantêm continuamente na luta pela inclusão da população negra na sociedade brasileira; porém, não se encontra nelas o mesmo esforço de mobilização política de seus membros associados como o que houve com os membros associados da FNB, que era calcado no nacionalismo, conservadorismo e assimilacionismo.

Havia uma maior valorização de experiências vindas do exterior, principalmente da África do Sul e dos Estados Unidos, representando a vontade de afirmar a dignidade, “vontade de reconhecimento social e igualdade, da grande maioria dos negros” (PEREIRA, 2010, p. 155).

São exemplos nesse sentido a realização pelo TEN da I e da II Convenção Nacional do Negro (1945 e 1946) e do I Congresso do Negro Brasileiro em 1950. O TEN foi fundado com o objetivo primário de ser uma companhia de produção teatral, mas assumiu outras funções culturais e políticas logo depois que foi criado. (PEREIRA, 2010, p. 156).

Mas, na prática, o racismo persistiu – mesmo sem justificação em fundamentos biológicos – de maneira não formalizada, não oficial e paralelo às ideias de mestiçagem, tolerância racial e assimilação cultural. Então, ao tratar das questões relacionadas ao processo de racialização e aos movimentos de mobilização da população negra durante as primeiras décadas republicanas, buscou-se ressaltar as lutas e negociações encaminhadas pela população negra.

E, ainda que os ganhos sociais e políticos dessas lutas tenham sido restritos, configuraram uma experiência fundamental naquele momento – já que abriram espaços de

organização e visibilidade – e para o fortalecimento posterior dos movimentos negros no Brasil. Por conseguinte, esses movimentos de mobilização evidenciam também o quanto a população negra estava atenta aos projetos políticos em vigor, que insistiam em negar-lhe os direitos que a abolição e a república deveriam concretizar (DANTAS, 2010).

Remetendo-se a Abdias do Nascimento, o fundador do TEN, sua liderança foi de fundamental importância, cujas estratégias de qualificação recaem sobre a arte e a educação. Ou seja, é mais um momento em que a educação é acionada como um caminho para a inclusão dos descendentes de africanos escravizados na vida social brasileira. (SILVA, 2010)

Conclui-se com isso que o TEN constitui a primeira iniciativa para revolucionar a arte dramática brasileira, que até então só abria espaço para a atuação de artistas brancos. O segundo movimento representativo dessa fase é a União dos Negros de Cor dos Estados Unidos do Brasil (UHC) (muitas vezes autodenominado UAGACÊ) foi fundada em 1943, por João Cabral Alves e mais seis pessoas, entre elas uma empregada doméstica.

Tal entidade tinha como objetivos dar amparo econômico, intelectual e médico visando valorizar socialmente as comunidades negras espalhadas pelo país; estavam inclusas aí ações de assistência social como incentivos à manutenção de jovens negros no Ensino Superior (doando roupa e alimentação), além de promover uma campanha abrangente de alfabetização (em que cada aluno alfabetizado deveria indicar pelo menos um novo a ser assistido).

Outra ação social implementada voltava-se à moradia, com projetos de construção de casas populares em diferentes regiões; um modelo de previdência visando a saúde referiu-se ao projeto de “assistência médica a todos os membros da União”, em que era previsto que cada município filiado tivesse um médico ou cirurgião-dentista disponível à população assistida (SILVA, 2003).

A entidade tinha uma estrutura organizativa complexa, com cargos de presidente, secretário-geral (dois no caso de município), tesoureiro, inspetor-geral, chefe de departamento de saúde, de educação, conselheiros/diretores e consultor jurídico (este apenas para a Diretoria Nacional), para as variadas zonas municipais e estaduais, além de inspetorias regionais, em que SILVA (2003) acrescenta que “em 1948, a UHC do Paraná registrava 26 zonas municipais da capital. Já no interior do estado, a rede mantinha-se a partir de inspetorias regionais que concentravam chefias municipais da mesma região, num total de 23 cidades”. (p. 225).

Com mais filiais surgindo em diferentes estados e cidades brasileiras (como a de Brasília, em 1949), a rede UHC valia-se disso para se auto promover socialmente através da

inclusão de novos associados ilustres, como profissionais liberais de diversas áreas além de políticos engajados com a causa. Essa ação está diretamente ligada ao programa pré-eleitoral de partido político (previsto no estatuto geral), objetivando eleger lideranças do UHC ao menos a nível municipal e estadual. É digno de nota que mais tarde, mesmo nos anos 1960 buscou-se o apoio de políticos mesmo não-negros, bastando esses serem adeptos da causa antirracista.

Nesse contexto de força política em que a entidade ganharia mais apelo a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, o UHC fazia pressão mesmo internacionalmente (através, por exemplo, de artigos e reportagens jornalísticas), uma vez que participava do Conselho das Organizações não Governamentais no escritório da UNESCO sediado no Rio de Janeiro.

Até mesmo uma firma norte-americana foi visitada por um diretor da rede, em que este exigiu um ato de repúdio para com um gerente da referida firma por negar emprego a uma mulher negra. No âmbito nacional, as lideranças do UHC davam ênfase a qualquer tese ou discussão que promovia novas ideias de inclusão da população negra, nos periódicos alinhados à causa.

A terceira fase do desenvolvimento do movimento negro no Brasil vai da década de 1970 até o início do processo de Abertura Política, em 1974, e mescla elementos das duas fases anteriores, como a denúncia do mito da democracia racial. Essa fase apresenta características específicas de combate ao referido mito, fundamentando a construção da identidade negra na reabilitação e afirmação da raça como categoria política e moral de combate ao racismo brasileiro.

A transição do predomínio do UHC e TEN no cenário do movimento negro no Brasil para o que, alguns autores consideram uma nova fase, se daria com o fim do regime de perseguição do Estado Novo, em 1945, e a redemocratização subsequente do país, em que os militantes de vários movimentos populares voltaram a articular-se (sob a “bandeira” da justiça social), entre os quais, o negro.

Durante o exílio, Abdias do Nascimento participou de vários congressos pela África e pelo mundo com temática racial³, discutindo, estudando e defendendo o conceito de pan-africanismo (tendo sua origem política apontada por Carlos Moore na Revolução Haitiana de

³ Conferência Pan-Africana Preparatória, em Kingston, Jamaica(1973); 6º Congresso Pan-Africano em Dar-es-Salaam, Tanzânia(1974); Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas-Festac 77, na Nigéria (1977); 1º Congresso de Cultura Negra das Américas, na Colômbia(1977); 2º Congresso de Cultura Negra das Américas, no Panamá(1980).

1804, era basicamente dividido em três vertentes nos anos 1960/70: pró-socialistas, pró-capitalistas e nacionalistas); essa passagem da biografia do professor serve como retrato das influências externa que o Brasil recebia enquanto o movimento negro ia se reorganizando, em que o ponto de maturação é descrito por Almada (2009),

Em São Paulo, o debate político de maior importância entre os jovens militantes que se reuniam no Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) ocorreu em maio de 1978 e teve como tema [...] as comemorações do 13 de maio [...] o 13 de maio entrou no calendário do Movimento Negro Brasileiro como o Dia Nacional de Luta contra o Racismo, enquanto o 20 de novembro ficou conhecido como Dia Nacional da Consciência Negra. Em decorrência disso, organiza-se em 13 de maio de 1978 o primeiro ato do movimento negro, no Largo do Paissandu, durante as comemorações da data [...]. Em 18 de junho de 1978, grupos e entidades se reúnem na sede do CECAN para deliberar sobre as ações a serem implementadas. Nessa reunião foi fundado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR)⁴, que seria lançado no dia 7 de junho em um Ato Público contra o Racismo. (p. 112-113).

Segundo Pereira (2010, p. 98), é difícil delimitar fases de forma clara na história do movimento negro do século XX, porque, segundo o mesmo, diversos elementos aparecem em diferentes datas, lugares e contextos históricos. Apesar disso, o autor enxerga características específicas na fase iniciada na década de 1970, como a clara oposição ao “mito da democracia racial”, de acordo com Pereira (2011) “(presente nos documentos de criação do Movimento Negro Unificado - MNU, em 1978), ou ainda, a formação de identidades político-culturais negras que “[...] foram o fundamento a partir do qual se articularam as primeiras organizações.

Uma interpretação plausível sobre tal formação de novas identidades é que estas tiveram como marco a proposta de troca entre datas, tendo o 20 de novembro (em alusão à morte de Zumbi dos Palmares, em 1695) substituindo o 13 de maio (em face da abolição da escravidão). Tal proposta foi um dos principais objetivos do Grupo Palmares, fundado em 1971, por Oliveira Silveira e outros militantes na cidade de Porto Alegre. Esta entidade teria peso fundamental na escolha da data de 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, durante a segunda Assembléia Nacional do MNU, ocorrida em novembro de 1978.

Observa-se, assim, uma convergência entre as especificidades citadas por Pereira (2010), criando outra característica para o movimento negro contemporâneo brasileiro, em que tal autor denomina como: “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, na época de repressão inserida no contexto da ditadura militar vigente.

⁴ Mais tarde chamado de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (o “negro” fora proposto por Abdias) e, por fim, Movimento Negro Unificado (MNU).

Sobre isso, Fernandes (1989 afirmou:

[...] o ardil da democracia racial fictícia, cuja função é aprisionar o negro dentro de paradoxos que conduzem a negação de si próprio, constrange-lo a ver-se como ele pensa que é visto pelos brancos. A pessoa interage com seu mundo e, para resguardar sua identidade, precisa começar por negá-lo e transformá-lo. O 20 de novembro” contém esse significado. É uma data de comunhão viva e, ao mesmo tempo, de auto emancipação coletiva. (p.26-27).

A defesa da divisão do movimento negro em fases, e no caso da alegada como terceira, a partir da década de 1970, se dá pela força e ebulição dos movimentos sociais no período, e o primeiro se distingue dos demais, segundo Cardoso (2002), por buscar uma justificativa a partir da trajetória histórica do povo negro no Brasil. Por outro lado, pode-se questionar a divisão do movimento negro em fases, uma vez que sequer há um consenso entre autores sobre o conceito de negro admitido pela população brasileira.

[...] no Brasil [...], não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso [...]. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que possua essa aparência. (MUNANGA, 2008, p. 71)

Já Domingues (2008), alega ver tendências no movimento negro, como etapas em que desenvolveram especificidades como institucionalização (incorporação por parte do Governo), “organização” (criação de Organizações Não Governamentais apoiadas em causas antirracistas), sindicalização, lutas por ações afirmativas ou ainda, o aparecimento do chamado “Partido Negro” (em que vários ativistas candidataram-se tendo como bandeira política o movimento supracitado).

O próprio termo “afro-brasileiro” ganhou força dentro do movimento, segundo Trapp e Silva (2010, p. 96), durante a década de 1980, com a identificação com o continente Africano sendo conectada ao sentimento de diáspora negra desenvolvido por (GILROY, 2001), em que tal ligação amadureceu pelo menos até a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, no ano de 2001:

[...] outra questão fundamental que pode ser observada no contexto pós-Durban é o processo de transnacionalização do discurso do Movimento Negro, deslocando a identidade nacional para uma identidade etnicorracial. Esse processo se dá em função do relacionamento constante estabelecido entre o Movimento Negro brasileiro com outras organizações e movimentos sociais antirracismo internacionais [...]. Apesar disso, é interessante salientar que a questão do intercâmbio internacional já estava entre os fins do MNU desde a sua fundação. (TRAPP e SILVA, p.103)

O MNU tinha influencia esquerdista, com fundadores advindos, por exemplo, do

Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁵, além da relação direta com o Núcleo Negro Socialista (este, inserido na Liga Operária que, por sua vez, daria origem ao grupo Convergência Socialista)⁶. A meta das lideranças do MNU era inserir a conjugação *raça-classe* nas discussões dos cidadãos, com o apoio de jornais, incluso aí *a Folha de São Paulo* e *Versus* (periódico “oficial” da Convergência Socialista), os militantes negros conseguiram uma coluna própria, intitulada “Afro-Latino-América”⁷.

Com congressos, sessões audiovisuais, peças teatrais entre outras atividades voltadas a população em geral e ao fortalecimento de laços entre militantes de diferentes partes do país⁸. Dessa forma o MNU era considerado o expoente máximo do movimento negro brasileiro até então. Mas com a abertura política promovida desde 1979 com a Anistia, muitos ativistas participaram diretamente da criação e ascensão de novos partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Com isso, ocorreram divergências internas (amadurecidas na *Diretas Já*, em 1984), pois muitos integrantes não queriam uma relação tão próxima com os mandatários de carreira. Sobre o papel de Abdias do Nascimento como “desbravador”, Almada (2009) registra:

[...] graças à presença na fundação do PDT, conseguiria viabilizar, ainda em 1981, a criação da Secretaria do Movimento Negro do partido. Em 1982 [...] conquistaria [...] o posto de deputado federal, tornando-se o primeiro parlamentar afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta contra o racismo [...]. Como deputado, ele ajudou a levar as posições do movimento negro aos presidentes Tancredo Neves e Jose Sarney e aos seus ministros [...]. Em 1991, ainda sob a legenda do PDT, Abdias chegaria ao Senado Federal e pouco depois seria nomeado primeiro titular da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (SEAFRO) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, criada pelo governador Leonel Brizola. O cargo foi exercido entre 1991 e 1994 [...]. Era a primeira vez que se implantava um órgão público com aquelas características. Era a primeira vez também que o espectro político-partidário incluía uma agremiação de esquerda que estimulava a candidatura de afro-brasileiros a cargos efetivos [...]. Em 1996, com a morte do senador Darcy Ribeiro, Abdias assumiu novamente a cadeira, exercendo o mandato de senador até 1999. Reapresentou no Senado seu projeto de lei sobre ação compensatória [...]. Além disso, participou das primeiras articulações de uma frente parlamentar afro-brasileira. (ALMADA, 2009, p. 119-123)

⁵Yedo Ferreira (fundador da Sinba, do IPCN) e Thereza Santos (fundadora do Cegan-São Paulo).

⁶ Os integrantes baseavam-se nas estratégias formadas a partir do encontro entre Trotsky e C.L.R James, este último difundor das ideias pan-africanistas e anti-colonialistas nos EUA, Caribe e África.

⁷ Sem esquecer das outras publicações de propriedade da “imprensa negra”, como os jornais *A Arvore das Palavras* e *O Quadro*, além das revistas *Sinba* e *Realidade*.

⁸ Os encontros na região Norte-Nordeste eram mais fortes e recebiam visitantes entusiasmados daquelas e de outras regiões, como o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, Centro de Estudos e Defesa do Negro (Cedenpa) do Pará, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (Ceab) de Brasília, entre outros.

Com o engajamento político-partidário do movimento negro a partir de lideranças, como observado acima ou a participação na escrita da Carta Magna da Constituição Federal de 1988, além do paralelo crescimento de intelectuais negros presentes no meio acadêmico⁹, surgiu o cenário histórico que propiciaria novas maneiras de assistir a população negra do Brasil, como as ações afirmativas.

Voltando no tempo um pouco antes, ao ano 1983, tem-se como marco a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra¹⁰, no mandato de Franco Montoro, no governo paulista. Essa entidade iria buscar um novo tipo de contato com diversos representantes da sociedade, inclusive sindicatos, e que denote um convite feito a um militante do movimento negro, no caso Hédio Silva Jr. para articular o Conselho com as Centrais Sindicais, quando este trabalhava no Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos.

O intercâmbio entre lideranças de outras regiões¹¹ foi fundamental para manter o movimento forte. Os mesmos articuladores fariam parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, mais conhecida por Comissão Afonso Arinos, convocada pelo então presidente José Sarney para elaborar um anteprojeto constitucional¹².

No contexto do centenário da Abolição, e a ocorrência de protestos, como a “Marcha contra a farsa da abolição”(PEREIRA, 2010, p.227) (Candelária, Centro do Rio de Janeiro), a Constituição foi lançada; nela estava presente o item XLII do Artigo 5º, que prevê o racismo como crime inafiançável imprescritível sujeito a pena de reclusão, perdendo seu caráter de contravenção penal apenas; também presente estava o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias, que reconheceu o direito de propriedade das terras dos remanescentes quilombolas, as chamadas “Terras de preto” Figs. 1, 2). (PEREIRA, 2010, p.225). Incluiu-se assim a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

⁹ Segundo Santos (2011) esse crescimento se deu a partir da falta de respostas adequadas aos questionamentos percebidos pela militância do movimento, que fez vários negros já graduados no ensino superior buscarem mestrados e doutorados no intuito de ganhar uma formação técnica-científica que desse menos espaço à subjetividade.

¹⁰ Contaria mais tarde com o apoio da Comissão para Assuntos da Mulher Negra, advinda como resposta à “branquitude” do Conselho Estadual da Condição Feminina.

¹¹ Como Zélia Amador de Deus, fundadora do Cedenpa

¹² A mesma seria ignorada pela Assembléia Nacional Constituinte, que redigiria um texto oficial a partir de suas próprias comissões e subcomissões.

Figura 1: Presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães ergue cópia da Constituição, em 5 de outubro de 1988.



Fonte: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Figura 2: Deputado Luiz Inácio Lula da Silva discursando durante a votação da Constituição de 1988.



Fonte: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

No início da década de 1990, observa-se o surgimento de várias Organizações Não Governamentais (ONG's) voltadas à temática do racismo, como: A Criola em 1992, fundada por Lucia Xavier e outras militantes negras, no Rio de Janeiro; o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da desigualdade (CEERT) no ano de 1992, por Hédio Silva Júnior e Marta Silva Bento, conhecida como Cida Bento; nesta época, surgiram os primeiros cursos pré-vestibulares voltados pra negros, como o pré-vestibular para negros e carentes - PVNC em São João de Meriti-RJ em 1993; Associação Mangueira Vestibulares em 1992, no morro da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro; o curso pré-vestibular da Cooperativa Steve Biko

também em 1992, em Salvador.

A articulação do movimento negro com políticos de carreira iria colher resultados mais maduros durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando mobilizadores se aproveitaram da ocorrência da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, para fazer pressão política sobre o governo em questão, visando reparos na situação de desigualdade racial no país, ao mesmo tempo que enviaram a FHC propostas de ações de diferentes modalidades, em que o citado governante cria como resposta, e por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial de valorização da População Negra - GTI População Negra¹³, em 20 de novembro de 1995.

O foco do GTI População Negra eram as ações afirmativas, em que foram elaboradas 46 propostas para diversas áreas sociais, sendo que nem todas tiveram sucesso ou o alcance previsto. Outra conquista importante e que segundo Couto (2013) deve ser dividido entre Estado e Movimento Negro foi o I Programa Nacional dos Direitos Humanos (IPNDH), lançado pela Secretaria de Direitos Humanos, em que estavam delimitadas formulações de ações afirmativas voltadas a cursos profissionalizantes, universidade e tecnologia, além do apoio a iniciativas privadas que atendessem a discriminação racial e outras propostas compensatórias. Sobre o discurso do governo FHC à época, Grin (2006) afirma:

[...] de alguma maneira, o fato de nós, brasileiros, pertencermos a uma nação cheia de contrastes de todo tipo – de diferenças que não são só desigualdades em raça, cor, cultura – é um privilégio. Isso nos permite – se nos organizarmos democraticamente- um benefício imenso [...] e é preciso tirar proveito dessa ambiguidade. (GRIN, 2006, p. 113).

Em 1998, o tema da diversidade, tal como considerado por Fernando Henrique Cardoso, encontrava-se ainda emoldurado por uma narrativa de ambiguidades e de celebração do pluralismo racial e cultural. Tratava-se de uma versão de diversidade que enfatizava não o mito romântico das três raças, nos moldes alencarianos, mas o mito anarquizado, sob o signo da ambiguidade, da ambivalência, como um *sui generis* da nossa formação cultural. (GRIN, 2006).

É fundamental citar como marco a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul, em 2001, pois tal evento aprofundou a discussão sobre questões raciais, em que teria como resultado a I Conferência Nacional contra o Racismo e Intolerância, em julho do mesmo ano na UERJ e outras políticas de ação afirmativa baseadas nas cotas.

¹³ Formado por oito representantes oriundos do movimento negro e mais dez representantes governamentais.

Segundo Couto (2013) os ministérios governamentais influenciados pelas discussões internacionais e nacionais sobre ações afirmativas, incluíram discriminação positiva nos seus processos seletivos através da criação de cota de 20% para o ingresso de negros no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, assim como no patamar superior, no Ministério do Desenvolvimento Agrário; a mesma percentagem foi instituída no Ministério da Justiça, tendo como meta o fim do ano de 2002, no caso específico das prestadoras de serviço da entidade; o Supremo Tribunal Federal (STF) aderiu a proposição análoga, ainda em 2001¹⁴.

Em 2001, o governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho instituiu a Lei N.3708, que usou o sistema de cotas nas Universidades Estaduais (UERJ e UENF), taxando em até 40% o ingresso para negros e pardos; essas e outras mudanças, como a criação do Programa Nacional de Ações Afirmativas (2002) estavam presentes no contexto da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, ao cargo máximo da República Federativa do Brasil¹⁵, em que foi criada a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e a inclusão obrigatória da temática História e Cultura Afro-brasileira no currículo de todas as escolas públicas ou particulares, nos ensinos fundamental e médio, através da Lei N.10639/03¹⁶. (Figs. 3, 4).

Figura 3: Instalação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, em 21 de março de 2003, durante o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.



Fonte: Elza Fiuza/ABr

¹⁴ Paralelamente, Abdias do Nascimento e Benedita da Silva, como senadores, propõem várias mudanças legislativas voltadas ao combate do racismo, em que se destaca o Projeto de Lei Nº. 4 de 1995, que dispõe sobre cotas mínimas para os setores étnicos raciais em instituições de ensino superior, privadas ou públicas, sejam elas de qualquer esfera.

¹⁵ Diversos autores (Grin, Salles, Jaccoud & Theodore, Couto, Pereira, entre tantos) consideram o mandato de Lula como sendo o que mais promoveu as ações afirmativas voltadas à discriminação racial.

¹⁶ Modificada pela Lei 11645/08.

Figura 4: Ministros e convidados da solenidade de instalação da SEPPIR.



Fonte: Elza Fiuza/ABr.

Nota-se dessa forma a mobilização da população negra em busca da igualdade e melhores condições de vida, no qual diante de uma trajetória, a luta de um povo que busca quebrar as barreiras existentes entre o preconceito e a desigualdade racial, uma luta que vem desde a colonização até os tempos de hoje, tratando-se de herança da colonização e dos “valores” que foram impostos pelos brancos e europeus, onde desvalorizavam e apontavam os formou afro-descendentes como inferiores. “Historicamente, foi introjetada no negro a idéia de inferioridade, e, em contrapartida, o branco “europeu” foi colocado como moderação humana. Esta concepção, durante muito tempo, foi difundida e reforçada em estudos ditos científicos”. (BARBOSA, 2004, p.6).

É através dessa negação e distorção da cultura afro-brasileira que os indivíduos discriminados passam a ter sua auto-estima prejudicada, no qual se sentem excluídos da sociedade. Pois, são percebidos de formas invisíveis na sociedade devido à falta de conhecimento dos valores dessa cultura. Entretanto, quando são visíveis a sociedade distorce seu fenótipo, devido as suas manifestações culturais e a sua religião.

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a interiorização dos seus atributos, através de estereótipos conduzem esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeito, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais, valorizando a estética e os valores culturais dos grupos sociais valorizados na sociedade (SILVA, 2005, p. 22).

A essência do preconceito racial “reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor” (HASENBALG, 1981, p.01). Contudo, a criança já cresce com o espírito de exclusão dos seus colegas que é negro, isso porque aprendeu nos livros didáticos

que o colonizador “branco” por razões econômicas define o negro com mercadoria, negando-lhe o seu direito de cidadão.

Ainda temos que aprender muito sobre a cultura afro-brasileira, culturas que estão presentes em todos os lugares do mundo. Desta forma possa haver respeito e igualdade na sociedade, envolvendo as crianças desde pequena a se relacionarem com as pessoas não importando a sua etnia, raça ou classe social. Devem-se trabalhar essas questões nas escolas, podendo ser através pesquisas, projetos pedagógicos sucessivos que considerem a cultura afro-brasileira como forma de construção de uma identidade, no qual haja reconhecimento e valorização dessa cultura como base sócia cultural.

O preconceito é uma violação desse preceito, pois consiste em uma predisposição negativa e hostil frente o outro ser humano. Trata-se uma desvalorização da outra pessoa tornando-se conseqüentemente, excluindo-se moralmente. As pessoas enfocam seus interesses, pessoas de maneira egoísta, não se preocupando com a injustiça de suas atitudes e de suas palavras. O preconceito aparece como um instrumento que é utilizado para afastar as pessoas em situação de competição, desmoralizando- as criando obstáculos sobre as suas capacidades e competência profissionais, em que os estereótipos negativos são usados como verdade absoluta e como julgamento justo e inquestionável.

Mesmo com a existência de movimentações sobre a cultura afro-brasileira atualmente, ainda existe muita desigualdade racial no Brasil. De acordo com Daniela Ikawa (2010) “alguns dados que sinalizam para a desigualdade de acesso dos negros à universidade. Em 1991, 78,3% dos estudantes de universidades públicas eram brancos, 19,7% eram negros; em 2000, 78,8% brancos e 19,3% negros”. Diante disso, segundo os dados do IBGE, essa porcentagem não teve um aumento muito significativo até 2011, pois entre 2001 e 2011 o percentual de negros entre 18 e 24 anos no ensino superior passou de 10,2% para 35,8%. Porém não alcança a mesma proporção de alunos brancos que teve em 2001, que era de 39,6%.

Contudo, já em 2015 devido às ações afirmativas o percentual de negros no nível superior cresceu bastante, quase dobrando em 2015, atingindo 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos que chegaram ao nível superior, no entanto ainda é inferior ao percentual ingresso de alunos brancos nas universidades. Diante desse contexto, o desafio que se coloca, então, é como garantir a participação de todos sem discriminação. Enfim, a construção de uma sociedade que não discrimine, passa por mudanças de atitudes bem radicais, a começar pelo reconhecimento de que existe discriminação no cotidiano das pessoas.

2 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CPV-NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: “A MODA QUE PEGOU”.

O segundo capítulo, intitulado, “A Institucionalização do CPV-NEGROS na Universidade Federal do Amapá: A moda que pegou” trata da análise dos dados documentais extraídos do projeto original, convênio e relatórios de andamento do projeto entre 2002 e 2003 a luz dos pressupostos historiográficos. No eixo educacional, buscamos em Abreu (2010) e Oliveira & Sacramento (2010) as discussões pertinentes às ações afirmativas focado no ensino superior ao longo da década de 1990 a 2000.

Isso pode ser conferido na argumentação de Abreu (2010, p.161-162) quando nos informa que a partir dos anos de 1990 as discussões sobre ações afirmativas e direitos de reparação para as populações de afro-descendentes aumentaram significativamente à medida que as políticas de Estado começaram a dar os primeiros passos para tratar a questão. A autora faz a fundamentação de sua argumentação por meio da análise dos fundamentos da Constituição de 1988.

Ainda, segundo Abreu (2010), no plano educacional os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de 1996 já reconheciam a pluralidade cultural como patrimônio da sociedade brasileira. Contudo só a partir dos anos 2000 fica mais claro o posicionamento do Estado brasileiro – momento entre o final do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva– relativo às ações estatais que buscaram normatizar várias reivindicações do movimento negro brasileiro, entre elas destaca-se a lei 10.639 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira de 2003.

Sobre as ações afirmativas de ingresso de negros nas universidades Oliveira e Sacramento (2010), informam que as políticas de Ação afirmativa para negros no Brasil no campo educacional se orientam em dois eixos de atuação. O primeiro de ações afirmativas que dirigem um conjunto de projetos voltados para a formação continuada de profissionais da educação que possam atuar satisfatoriamente junto à população negra. O outro eixo-guia, que é o de maior interesse neste estudo, concerne ao conjunto de projetos que incide sobre o ingresso de negros no Ensino Superior e a permanência desse grupo na Universidade. As primeiras iniciativas são verificadas a partir de 2002 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) quando o governo do estado do Rio de Janeiro aprovou legislação que determinava cotas para o ingresso de grupos marginalizados nas instituições de ensino superior administradas pelo estado. A partir de então várias Universidades Estaduais e Federais seguiram o exemplo, aprovando legislações análogas a da UERJ no mesmo período.

Na Universidade Federal do Amapá, as discussões sobre ações afirmativas avançaram rapidamente para montagem de projetos de extensão comunitária. Até que em 2002 o projeto de extensão CPV-NEGROS foi contemplado com financiamento externo via concurso do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR) – financiado pela Fundação Ford vinculado a UERJ. No mesmo ano, o cursinho iniciou suas atividades de extensão, ficando até o ano seguinte funcionando de acordo com o projeto original.

Entende-se por “ações afirmativas” o estabelecimento de variados sentidos refletidos em debates e experiências dos países que desenvolveram essas ações, tendo como principal referencia nesse assunto os Estados unidos, onde foi o primeiro país em que surgiu essa expressão, devido grandes movimentos de reivindicações democráticas internas, no qual o principal objetivo era a luta por direitos e igualdade de oportunidades a todos. Afirma-se essas palavras com Medeiros (2005, p.121) que faz relato que “a expressão “ação afirmativa” apareceu pela primeira vez nos EUA, no decreto presidencial 10.925 de 1961”. Neste sentido, onde Medeiros (2005) cita a obra de Menezes (2001), determina-se que o contratante associado ao Governo Federal não deve discriminar nenhum funcionário ou pretendente a emprego por raça, credo ou nacionalidade, bem como deve haver ações afirmativas no intuito de proteger o empregado.

É visto que a partir dos anos 50, ocorreu uma abertura para os líderes afro-americanos desencadarem os movimentos pelos direitos civis. Em 1954, uma decisão judicial marcou a inconstitucionalidade da discriminação racial em escolas públicas. Tal decisão seria ampliada a outras áreas da vida social, apesar de boicotes das autoridades sulistas, o que acabou acarretando na união do poder legislativo, executivo e judiciário, sendo visto neste último, “um rigor expressado no “ativismo jurídico”, no qual juízes conferiam novas finalidades para normas originalmente proibitivas para derrubar o aparato que sustentava a discriminação e segregação”. (MEDEIROS, 2005, p.122).

O autor mostra exemplos de países que adotaram políticas contra a discriminação antes da expressão “ação afirmativa” ter sido cunhada, como na Índia (1948), Malásia (década de 50), Líbano (cotas para diferentes seitas), antiga URSS (4% de vagas destinadas a oriundos da Sibéria, região pobre), Noruega, Bélgica e Canadá priorizaram imigrantes e aborígenes. E no caso da América do Sul, o Peru valoriza a população indígena e Colômbia houve cotas no parlamento para afrodescendentes.

Apesar de certa desinformação em relação à expressão “ação afirmativa”, é observado que a noção de tratamento diferenciado a certos grupos discriminados já existe a algum tempo, como exemplo temos a lei dos dois terços (década de 1930) que assegurava a participação majoritária de trabalhadores brasileiros nas empresas

instaladas no país; as leis voltadas aos deficientes físicos (com cotas de 5 a 20%); a participação de mulheres como candidatas de partido (mínimo de 30% e limite de 70% para cada sexo). (MEDEIROS, 2005, p.122-123).

O autor cita a palavra do ministro M. Aurélio Mello (ex-presidente do Supremo Tribunal Federal), onde este fala do fracasso da neutralidade do Estado no que tange as chamadas “dívidas históricas” para com as “minorias”, justificando que a ação afirmativa. “Não se encontra apenas na Constituição, mas também na legislação ordinária, exemplifica dano caso da Lei nº 81 /90, que reserva uma cota para deficientes físicos nos concursos públicos”. (MEDEIROS, 2005, p.124)

Embora as reivindicações de medidas destinadas aos afro-brasileiros serem vistas desde a década de 1940, somente quase quarenta anos depois pelas mãos do mesmo homem de outrora, o agora deputado federal Abdias do Nascimento, conhecemos a primeira proposta legislativa voltada às reivindicações afrodescendentes como projeto de lei nº 1332 de 1983, que incluía entre outras coisas uma cota de 20% para cada sexo de negros no emprego público e privado, abrangendo todas as esferas e níveis estatais, e na educação 40% das bolsas estaduais e municipais.

Neste sentido, o autor Silvério (2005) trata da importância da aplicação de ações afirmativas no contexto das relações étnico-raciais, em que pesam sobre esta a magnitude sócio- econômico –cultural e de poder, onde geralmente os brancos se sobressaem em face dos negros e não brancos. O autor observa que duas assertivas apontam para a tese de que a modernização propicia um aumento na demanda pelo reconhecimento da diversidade étnico racial, e em segundo, que a industrialização não necessariamente culmina em relações benignas ou melhores que a ordem estabelecida anteriormente: como exemplo do “Black Power” dos anos 60 e 70 e com o surgimento de novas nações no terceiro mundo após o final da segunda guerra mundial, “constata-se que as forças étnico raciais, independente da intensidade, são base tanto para a clivagem quanto para a solidariedade grupal em quase todas as sociedades atuais”. (SILVÉRIO, 2005, p.143)

O mesmo define o conceito de ação afirmativa como o esforço compreendido pelo Estado e poder privado em combater a discriminação e promover oportunidades iguais na educação e no mercado de trabalho, restabelecendo o equilíbrio social. Para classificar, utiliza as ideias de Reskin (1998), no caso norte americano, três tipos de AA: as requeridas pelo governo federal, pelos tribunais e as voluntárias, onde a partir de 1965, com a ordem executiva (EO11246), do presidente Lyndon Johnson, exigiam-se o monitoramento estatístico da composição étnico racial e de gênero da força de trabalho, sendo que quando verificada a

discriminação desses setores, deveriam ser aplicadas medidas flexíveis, não sendo cotas ou tratamento preferencial injustificado.

“Sobre a alegação dos opositores de que as ações afirmativas são preferenciais, existe o contra-argumento da automonitoração, onde as empresas contratadas são auditadas pelos escritórios governamentais correspondentes aos programas aplicados”. (SILVÉRIO, 2005, p.144). Dessa forma, o autor expõe as ideias de Weisskopf (2004), que em sua perspectiva auto denominada de pragmática, mostra como a ação afirmativa envolve escolhas com benefícios e custos sociais, através dos exemplos de seleção de membros dos grupos étnicos sub-representados (EUA), como as políticas de reserva de posições e/ou vagas (INDIA).

Considerando que as políticas de discriminação positiva são geralmente orientadas para grupos identitários de caráter involuntário e raramente alterável (no qual se encaixa a étnico racial). Para Walter é importante notar que Weisskopf (2004) levanta dois aspectos fundamentais: os fundamentos sociais e/ou acontecimentos que estão na origem da política de discriminação positiva em si; e, as variações ocorridas nessa política ao longo de um determinado período de tempo, concluindo que “a chave para encontrar possíveis mudanças na política de discriminação positiva é a permanente observação das alterações no contexto histórico que lhe deu origem”. (op. cit, p.144)

Assumindo a opinião de que os afrodescendentes só conseguiram mais espaço como cidadãos a partir da luta do movimento negro, Silvério (2005) enquadra as exigências destes nas injustiças históricas que culminaram na marginalização dos negros no país. “As demandas por trabalho, moradia, educação e respeito às raízes culturais devem ser entendidas como indenizações devidas pela sociedade” (p.145), e para isso, os programas de ações afirmativas devem ter metas a curto, médio e longo prazo, recursos financeiros, além de profissionais capacitados e abertos à diversidade étnico racial, dosando seus próprios preconceitos para poder interagir com pessoas e grupos sem entender à orientações universalistas, respeitando assim, as diferentes raízes da nação brasileira.

O autor se apóia em Ribeiro (1999) para requerer uma análise fundamental da relação legitimidade X competência da universidade, onde devem pesar os interesses variados de classes, gêneros, etnias e raças. Dentro desse aspecto, Silvério assenta o anacronismo da ideia de que os conhecimentos e competências acadêmicas estão numa redoma dificilmente rompida, na qual se constata inclusive a prática de alguns professores que deixam o sucesso ou insucesso nos estudos unicamente na mão dos próprios alunos, concluindo que as cotas, qualquer que seja o grupo, precisam de uma revisão das relações pedagógicas, metas e ações previstas nos planos institucionais dos estabelecimentos de ensino.

Sobre a questão do mérito, Silvério (2005) baseia-se nos estudos de Bowen e Bok (2004) e outros que ponderam a insuficiência dos testes de entrada em julgar competências que garantam o sucesso no percurso acadêmico, e indicam a utilização de outras formas de avaliar capacidades (o que é visto em algumas universidades estadunidenses que incluem como critério o currículo escolar na formação anterior); dessa forma, o desafio é redefinir os critérios de excelência acadêmica e científica sem perder o rigor garantido por teorias educacionais historicamente situadas.

Segundo Oliveira & Rocha (2010, p.124), “a sociedade espera que as universidades se envolvam nas questões socioeconômicas da região e promovam uma reflexão para criar ações que atendam a demanda que a comunidade precisa para avançar (essa é a importância social das instituições de ensino superior)”, e nesse sentido,

Para refletir sobre a correlação entre as políticas públicas e a extensão universitária, torna-se importante compreender seu caráter difuso, para além da dimensão própria das atividades, projetos e programas institucionais específicos das universidades, ou seja, para além da política pública específica das instituições de ensino superior públicas, a extensão universitária poderá interagir com outras políticas públicas e setores do governo, a exemplo da educação básica, da saúde pública, do desenvolvimento econômico e social, da inclusão social, da infra-estrutura e meio ambiente, da segurança pública. Daí decorre a natureza especial da atividade de extensão quando analisada sob a perspectiva de interação universidade e Estado. (OLIVEIRA & ROCHA, 2010, p.124).

Sendo assim, o Projeto de extensão universitária Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes de cultos afro-brasileiros e pessoas economicamente carentes pode ser incluído sob essa perspectiva.

2.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.

A análise documental foi produzida a partir da pesquisa feita no arquivo morto do Cursinho em questão, localizado nas dependências da UNIFAP. Para embasar a análise da criação e institucionalização do CPV-NEGROS na UNIFAP, recorreremos aos seguintes documentos: 1) Projeto original feito para o Concurso Nacional; 2) Convênio celebrado com a LPP/UERJ para localizar os marcos formais dessa institucionalização; 3) relatórios de andamento do cursinho correspondente ao período de 2002-2003, período de vigência do convênio e do projeto original, para saber se essa institucionalização se efetivou dentro do período proposto e nas condições sugeridas pelo projeto. Essa documentação servirá de base para nossa pesquisa no intuito de identificar as diretrizes originais do cursinho, que permitiram sua institucionalização.

O projeto defende segundo Maciel (2001) que, as condições históricas que propiciaram o surgimento do movimento negro organizado no Amapá, remontam às medidas tomadas pelo primeiro governador do Território Federal do Amapá, o capitão Janary Gentil Nunes, durante o período de 1943 a 1970, em que tal militar implantou um estilo político que ficaria conhecido como “janarismo”.¹⁷

Janary cooptou os líderes do Marabaixo¹⁸ a aceitarem o remanejamento da população negra do centro de Macapá para bairros mais afastados, o Lagunho e o Favela;¹⁹ primeiramente rejeitado pela população envolvida, tal plano foi sendo aceito graças ao partidarismo de Julião Ramos e Saturnino Loureiro, que, em tese, evitaram possíveis conflitos. Além disso, ainda na década de 1940, chegam padres italianos do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME)²⁰, “que imediatamente proibiram a realização do Marabaixo nas igrejas de Macapá”. (LOBATO, 2013, p.77-78).

Como consequência de tais atos, percebeu-se uma cultura que considerava “natural” a divisão étnico social reforçada por certo “comodismo” da população negra. Um novo direcionamento surge com a eleição do negro Raimundo Azevedo Costa para o cargo de prefeito da capital, em 1984; com a ascensão do mesmo, outros tantos negros assumiram cargos de confiança no Município, entre eles Paulo José Ramos.²¹

A partir de uma experiência como único negro em uma reunião nacional realizada em Florianópolis, este percebe a urgência da valorização do negro no Amapá, e com a participação de Maria Luiza Almeida do Rosário, Maria dos Anjos Tavares da Silva e Maria Araújo de Souza²² firma “a primeira reunião do movimento negro”. (MACIEL, 2001, p.48).

Novas reuniões foram marcadas, e mais e mais pessoas foram convidadas a participar, do que Paulo José Ramos defendia como uma “nova identidade negra amapaense”. Como fruto, nascia em 1986 a União dos Negros do Amapá (UNA). 1987 foi o ano do

¹⁷ Este estilo se apoiava na tríade “sanear, educar e povoar, se relacionando de forma cordial para com os chefes patriarcas das famílias tradicionais e líderes de festas religiosas e populares a fim, principalmente de urbanizar a capital Macapá.

¹⁸ Segundo Machado (2014,p.1) o Ciclo do Marabaixo é uma festa religiosa característica das populações negras do Amapá. Com rezas, ladainhas, danças, batuques, oferendas e alegrias os marabaixeiros louvam o Divino Espírito Santo e a Santíssima Trindade.

¹⁹ Hoje bairro Santa Rita e parte do Centro.

²⁰ Ainda segundo Maciel, a partir de 1950 as manifestações do Marabaixo deslocam-se para terreiros próximos às residências de seus praticantes.

²¹ Assumiu como subprocurador da Câmara de vereadores de Macapá.

²² Negras de classe média.

reconhecimento público da UNA, com a publicação de seu Estatuto no Diário Oficial do então Território Federal do Amapá.

Entre os anos de 1989 e 1992 (e sob nova presidência), a UNA toma forma de entidade cultural, voltada especialmente à festa do marabaixo. Ocorreram rupturas entre os membros, pois parte destes queria uma atuação política da entidade²³. Em meio a boicotes, a UNA recebeu novos sócios de dez comunidades rurais negras próximas a Macapá, no ano de 1999²⁴, e deixa como legado a Semana da Consciência Negra (na qual vários seminários e apresentações musicais e folclóricas tornaram-se parte do calendário festivo de Macapá).

Ficaram como marca da parceria entre UNA e Governo do Estado o I Encontro dos Tambores (1995), e/o seminário “Negro: história, cultura e territorialidade”. Como fruto da parceria entre a nova diretoria da UNA e o então prefeito de Macapá Papaléo Paes, destaca-se a Casa da Cultura, como ponto de reunião oficial do Movimento Negro Amapaense. Com o mandato de Aníbal Barcellos, a partir de 1997, a UNA fica sem sede fixa e começa a perder prestígio político.

Na década de 1990, em partes graças à vanguarda dos criadores da UNA e também à modernização tecnológica do acesso da população amapaense no tocante à informações e contatos pessoais de outros movimentos negros no Brasil e no mundo, abriu-se caminho para uma nova geração de militantes, como é o caso do Movimento Afrodescendente do Amapá-MOCAMBO²⁵. Fundado originalmente na cidade de Belém do Pará, em 1992, a partir da necessidade de aglutinação de jovens negros estudantes da UFPA, acabou se estendendo a outras localidades da Amazônia, chegando ao Estado do Amapá.

A coordenação do Mocambo recebeu, segundo o relatório de avaliação do mesmo (Figs. 5 e 6), dois professores mestres da UNIFAP, com o intuito de facilitar o acesso a um financiamento para a instalação de um cursinho pré-vestibular voltado para negros e praticantes de culto afros²⁶. Nesse contexto, a Fundação Ford faz uma grande pesquisa para avaliar como andava a questão das ações afirmativas no Brasil; esta organização internacional

²³ Principalmente os que possuíam formação acadêmica e/ou carreira político partidária (encabeçados por Paulo José Ramos), em face da outra “ala” onde incluía-se a presidente Maria José Libório, advindos da cultura popular.

²⁴ No mesmo período, graças ao apoio do governador reeleito João Capiberibe (primeiro não militar), foi criado o Centro de Cultura Negra.

²⁵ Tinha também o propósito de construir uma identidade étnica da população negra, mas agora incluía-se o objetivo de criar programas de pesquisa e estudos, além de ações sócio educativas.

²⁶ Onde a Federação de Cultos Afro-brasileiros do Amapá (FCAB), criada em 2001, se encaixaria como parceira proponente.

financia a UERJ, que por sua vez, e através de seu Laboratório de Políticas Públicas (LPP), cria, em 2001, o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR).

Figura5 Publicação do relatório do Mocambo. Fonte Times



Fonte original: Jornal “O Libera”. Belém-PA, 16 de fevereiro de 2001, Ano II, Nº. 401.

Segundo o folheto do PPCOR, em seu tópico 4.2²⁷ sobre a gênese da proposta “é um núcleo de estudos e intervenção social, voltado para o desenvolvimento de pesquisas e para o apoio a iniciativas destinadas ao acesso e permanência de populações sub-representadas nas universidades, em especial os afro-brasileiros”.

Ainda, conforme o mesmo documento, o programa tem os seguintes objetivos: desenvolver projetos de pesquisa e extensão sobre desigualdades raciais na educação, em especial no ensino superior brasileiro; realizar debates e eventos acadêmicos sobre educação, relações raciais e políticas de ação afirmativa; organizar um acervo documental e virtual que se constitua como uma referência nacional sobre os temas citados; e apoiar campanhas de sensibilização social e iniciativas que combatam os mecanismos históricos de exclusão social, baseados no racismo.

A atividade inaugural do PPCOR foi o “Concurso Cor no Ensino Superior”, voltado a propostas e projetos que buscavam a ampliar o acesso e permanência de grupos historicamente excluídos do ensino superior brasileiro, porém com ênfase aos afro-brasileiros carentes.

2.2 – ANÁLISE DOCUMENTAL

Segundo o projeto base de (GONÇALVES, *et all*, 2002), intitulado “Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes dos Cultos Afro-Brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes”, a iniciativa se caracteriza como um projeto de extensão universitária, elaborado

²⁷ Folheto informativo disponível em <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10750/10750_5.PDF> acessado em 08/12/2015.

por Arthur Leandro, Mariana de Araújo Gonçalves, Alexsara de Souza Maciel, Márcia Jardim e Pedro Paulo Carvalho, apresentado em 2002 para atender os pré-requisitos de participação no Concurso Nacional “Cor no Ensino Superior”, desenvolvido no contexto do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

As entidades responsáveis pelo projeto foram, a Universidade Federal do Amapá, representada por seus professores, Arthur Leandro, Mariana de Araújo Gonçalves, Alexsara de Souza Maciel e Márcia Jardim; o Movimento Afrodescendente do Amapá - MOCAMBO, através de seus militantes, Arthur Leandro, Mariana de Araújo Gonçalves e Pedro Paulo Carvalho e Federação dos Cultos Afro-Brasileiros do Amapá - FCAB-AP, da qual a época da proposição do projeto, são citados como componentes da diretoria: Antonio de Catendê, Dona Maria de Mariana e Silvia de Oxalá e Babalorixá Olunfóni no conselho religiosos da federação. Porém o texto informa que somente a UNIFAP é a instituição proponente do projeto, enquanto as outras organizações são chamadas de “parceiras” da UNIFAP.

A Instituição universitária ficou com a maior cota de responsabilidade sobre projeto, sendo considerada a instituição mais bem estruturada e capaz de receber financiamento externo, já que possuía uma fundação para receber e administrar as verbas vindas de parcerias público-privada. Com isso, a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Cultura da Universidade Federal do Amapá e do Estado do Amapá – FUNDAP ficou responsável por esse processo. Então através dessa fundação, a UNIFAP assumiu a responsabilidade de oferecer a sua estrutura física e suporte logístico para o funcionamento do cursinho. Porém, seleção dos monitores bolsistas e candidatos a alunos era uma responsabilidade compartilhada com todos os membros do projeto, contudo a mobilização do público alvo do cursinho era responsabilidade dos movimentos sociais envolvidos.²⁸

Graças a esse tipo de organização o projeto foi contemplado com a vitória no concurso nacional e através dele a UNIFAP ganhou a responsabilidade de administrar uma verba orçada em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para as despesas de operacionalização do projeto, repassadas em 04 (quatro) parcelas, sendo que a primeira era no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e as outras três parcelas de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) cada, atreladas a entrega e aprovação de um relatório financeiro resumido e de relatório narrativo resumido das atividades realizadas semestralmente. Nesses termos, o convênio foi assinado em 27 de maio de 2002 (Fig. 06).

²⁸ O projeto original e o documento de Convênio com a UERJ estabelecem as responsabilidades de todos os envolvidos.

Algo curioso é a verificação de que, na celebração do Convênio com a UERJ, há um prazo para o cumprimento dos acordos celebrados de 20 (vinte) meses, começando a partir de maio de 2002 e terminando em novembro de 2003. Porém no projeto, havia um cronograma e orçamento que contemplavam apenas 07 (sete) meses, começando em 20 de abril de 2002 e terminando em 30 de janeiro de 2003, considerando 15 (quinze) dias de recesso acadêmico nos meses de julho e dezembro de 2002. Os relatórios de andamento convergem para o período abrangido pelo projeto, portanto esse é o recorte temporal para a análise pretendida em nosso trabalho.

A coordenação do projeto ficou com os membros da chamada “Equipe Acadêmica”, composta de por 02 (dois) representantes da UNIFAP, e 01 (um) representante de cada movimento parceiro, todos referendados pela reitoria da instituição. Também haveria 02 (dois) orientadores, que segundo o documento do convênio seriam membros das ONGs parceiras do projeto e por fim 15 (quinze) monitores bolsistas selecionados entre os alunos da UNIFAP.

Com essa estrutura, esperava-se selecionar e atender 100 (cem) alunos em 02 (duas) salas de aula com 50 (cinquenta) alunos cada. As aulas seriam no período noturno e nas dependências da UNIFAP. O resultado esperado era a 100% de aprovação nos vestibulares de universidades públicas de Macapá e Belém. As instituições alvo, além da UNIFAP eram Universidade Federal do Pará – UFPA, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP e Universidade do Estado do Pará – UEPA. O panorama descrito equivale ao plano geral para o projeto torna-se competitivo diante das diretrizes fixadas pelo concurso nacional. A partir do momento que o projeto tinha sido escolhido para ser realizado, resta saber como foi sua implementação.

A descrição desses eventos se encontra no “Relatório da Coordenação Pedagógica”, elaborado pela professora Cecília Maria Chaves Brito Bastos, com data de 22 de abril de 2003, a época participante da equipe acadêmica como coordenadora pedagógica do cursinho. Segundo seu relatório, o projeto foi aprovado pelo Programa Laboratório de Políticas da Cor da UERJ em dezembro de 2001. O projeto de extensão iniciou suas atividades em março de 2002 e:

[...] Teve como objetivo nesse primeiro ano de execução, qualificar 100 alunos para o vestibular de quatro instituições públicas, quais sejam: UNIFAP, UFPA, UEPA E FCAP. Além de fomentar discussões que permeiam a formação da clientela com a qual trabalhamos, bem como sensibilizar a sociedade amapaense para a necessidade de colocar em pauta esse debate. (BASTOS, 2002, P.01).

A coordenação geral estava a cargo da Prof.^a Mariana Gonçalves, enquanto que a equipe acadêmica se subdividia em 04 (quatro) coordenações: 1) Coordenação Pedagógica, sob responsabilidade da Professora Cecília Bastos; 2) Coordenação de Seminários e Atividades Culturais, sob a tutela do Prof. Arthur Leandro; 3) Coordenação do Grupo de Estudos sobre Identidade Étnica sob o comando da Prof.^a Alexsara Maciel e 4) Coordenação de Parcerias e Convênios, sob a tutela de Pedro Paulo Carvalho. Devido a dificuldades logísticas não tivemos acesso a maioria dos relatórios desenvolvidos, o que prejudicou esta monografia para o exercício de uma pesquisa e análise mais completa. Os orientadores indicados conforme as diretrizes do projeto eram do MOCAMBO: Carlos Augusto Paraense, o “Zulu”, responsável por orientar a primeira turma, denominada “turma ‘A’ elbis Amazonas, responsável por orientar a segunda turma, denominada “turma ‘B’”.

A monitoria foi composta por 12 (doze) membros, sendo 11 encarregados das disciplinas regulares do Pré-vestibular e 01 (um) monitor responsável por exercer atividades de secretaria no cursinho. A clientela de 100 (cem) alunos foi selecionada num universo de 382 inscritos que foram distribuídos em 02 (duas) turmas localizadas no bloco S nas dependências da UNIFAP. Enquanto o restante ficaria numa lista de espera.

O relatório da Professora Cecília não lida com dados financeiros pertinentes a aplicação dos recursos vindos da Fundação Ford e administrados pela FUNDAP, mais relata dificuldades na confecção do material didático. Tendo em vista a gratuidade do projeto. O relatório registra os seguintes problemas:

Num primeiro momento, a Coordenação Pedagógica juntamente com os monitores, tentaram organizar o material didático, a partir da confecção e edição de livros de conteúdos e livros de exercícios por disciplina. Entretanto, muitas dificuldades foram vivenciadas e tivemos que trabalhar com xerox de apostilas e listas de exercícios [...] O encaminhamento da xerox das apostilas e listas de exercícios nos ocupou um tempo precioso, já que tínhamos que conseguir xerox suficiente para toda a clientela (o material didático era gratuito) e o projeto não havia destinado verba para tal empreendimento. O projeto da confecção de livros de conteúdo e livros de exercícios continua a ser encaminhado no ano de 2003. [...] Aliado a dificuldade da aquisição de livros didáticos e da xerox, ainda, padecemos, no ano de 2002, da carência de material como computadores: tínhamos um computador, mas sem impressora, o que dificultou nosso trabalho de impressão do material didático (matriz de textos para xerox, listas de exercícios e confecção dos simulados). Também, materiais como retroprojetor, televisão e vídeo que, por muitas vezes, não foram cedidos pela própria instituição que abriga o projeto. (BASTOS, 2002, P. 05).

Além das dificuldades com o material didático, o ano de 2002 revelou os dilemas estruturais que iriam acompanhar o projeto por toda sua trajetória enquanto focado na temática étnico-racial, tais como:

- Evasão de parte dos alunos matriculados para cursinhos particulares pagos;

- Evasão de parte dos alunos matriculados por não conseguir manter frequência regular por falta de condições financeiras para custear o vale transporte²⁹;
- A permanência de um público diverso do público alvo, caracterizado como predominantemente oriundos do ensino supletivo, adultos, com mais de 5 anos de defasagem em relação a alunos recém saídos do ensino médio, trabalhadores, sustentáculos de família, sem base para enfrentar as discussões étnico-raciais, sem experiência de participação em movimentos sócias e religiosos afro-brasileiros;
- A discriminação de parte dos funcionários e professores da Instituição que de posse de suas funções, muitas vezes ofereciam resistência burocrática e administrativa a institucionalização do projeto.³⁰

Outras avaliações feitas revelam aspectos importantes da vivência cotidiana de todos os atores envolvidos nesse experimento educacional dentro da UNIFAP, de forma que, a realidade projetada estava em constante conflito com a realidade vivenciada no dia-a-dia. Apesar das dificuldades, os resultados foram significativos para um projeto piloto. Dos 100 (cem) alunos inicialmente matriculados 25 (vinte e cinco) conseguiram passar da primeira fase do vestibular da UNIFAP. Na segunda fase 04 (quatro) alunos conseguiram passar em Enfermagem, Matemática, Secretariado Executivo e Educação Física.

O cursinho também conseguiu aprovação de seus alunos nos processos seletivos das faculdades particulares de Macapá: 02 (dois) no Instituto Macapaense de Ensino Superior – IMMES; 05 (cinco) na Faculdade de Macapá – FAMA; e 03 (três) no Sistema de Ensino Superior da Amazônia – SEAMA.

O relatório ainda registra que a UFPA, FCAP e UEPA receberam inscritos do cursinho em seus vestibulares, porém sem resultado positivo. Os resultados modestos para as expectativas lançadas pelo projeto está em parte ligada as dificuldades imprevistas no projeto, criando o clima avaliativo para sugestão de mudanças no mesmo. No relatório se considera o resultado bastante satisfatório diante dos problemas enfrentados, afinal, 14 pessoas conseguiram entrar para o ensino superior via cursinho.

Quanto às discussões étnico-raciais e religiosas, o relatório considera que o cursinho contribuiu fortemente através de seu processo de seleção dos alunos, do contato com a

²⁹ Segundo o mesmo relatoria, havia a promessa não cumprida e ofertar vale transporte para alunos e monitores do cursinho, esse fator é apontado com importante para aumentar a evasão. Apesar de tudo a demanda era reposta graças a utilização da lista de espera.

³⁰(BASTOS, 2002, P.p. 06-07, 09, 14)

comunidade e exposição midiática para sensibilizar a sociedade amapaense sobre o debate em voga no Brasil e no mundo, como também apresentou a realidade acadêmica para quem não vislumbrava em seu horizonte de possibilidades uma formação superior, de forma que o cursinho passou a ser o ponto de contato entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral por um bom tempo a partir de então. Sendo assim, podemos considera que a “moda pegou”.

Figura 6: Convênio UERJ/LPP/FORD, em parceria com a UNIFAP (fotocópia).

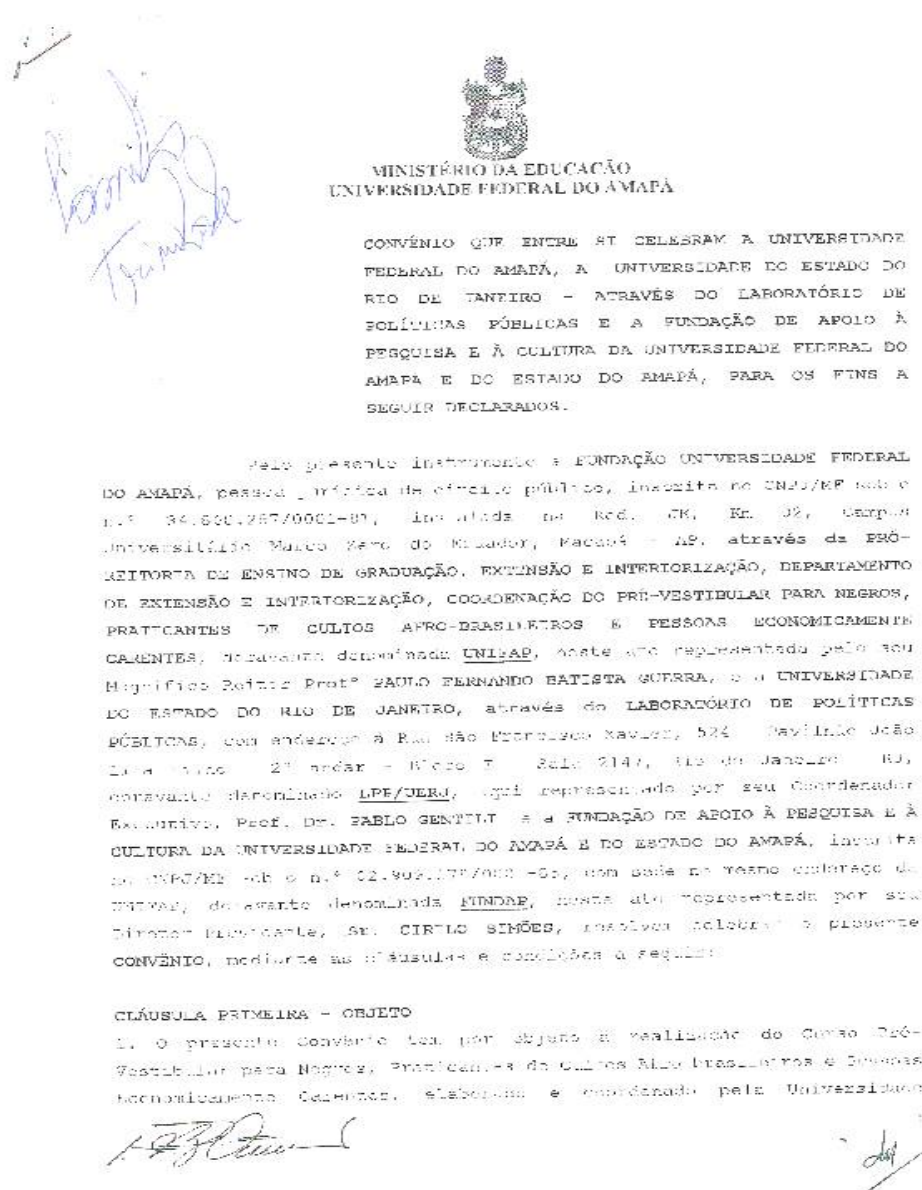


Figura 7: Publicação da criação do cursinho pré-vestibular.

Diário do Amanhã

Cidades

MOVIMENTO

Estudantes negros ganham cursinho pré-vestibular

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (Unifap) promoverá o primeiro cursinho gratuito para negros, praticantes dos cultos afro-brasileiros e pessoas economicamente carentes da Região Norte do Brasil. O projeto tem financiamento da Fundação Ford, através do concurso "Car no ensino superior" promovido pela Laboratório de Políticas Públicas da UFRJ e os financiamentos de projetos que promovem o ingresso na a permanência da população negra nas universidades públicas brasileiras.

Seleção - Com seleção de Austrália, todos os Estados do país estarão presentes no concurso, visando de mais de 500 instituições públicas e privadas. Foram quase 300 propostas enviadas, das quais 27 projetos foram selecionados.

A constituição de uma comissão de trabalho que opera "instâncias" de avaliação de desempenho de professores e a avaliação de projetos de políticas educacionais orientadas a diminuir ou eliminar as desigualdades, disparidades e Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPPUBR) a formular o Programa Público de Cotas Educacionais Brasileiras.

Instituição destinada a promover o desenvolvimento de projetos sobre as desigualdades e condições das áreas pretensas de desenvolvimento social, no Brasil, tem como o desenvolvimento de ações educativas à eliminação dos efeitos historicamente negativos à população afro-brasileira. As propostas selecionadas foram em 2012 de dezesseis escolas, concentrando a maioria a maioria da população do país, mas também identificam que quando se trata de populações que a essas desigualdades se tornam.



MOCAMBO

Participantes do Movimento Mocambo, fim da discriminação com instalação de projetos para auxiliar o jovem negro

Cursinho - Dois dos projetos selecionados para a Região Norte, um deles será executado na Unifap, é o cursinho pré-vestibular gratuito patrocinado de alunos afro-brasileiros e pessoas economicamente carentes. O projeto é fruto do projeto da Universidade com os membros do movimento negro amazônico.

Para a professora Mariana Gonçalves, coordenadora do projeto, que também é militante do movimento Mocambo, o cursinho é uma forma da universidade cumprir seu papel social e oferecer ao direito, atualmente desigual, por uma vaga no ensino público e gratuito de nível superior.

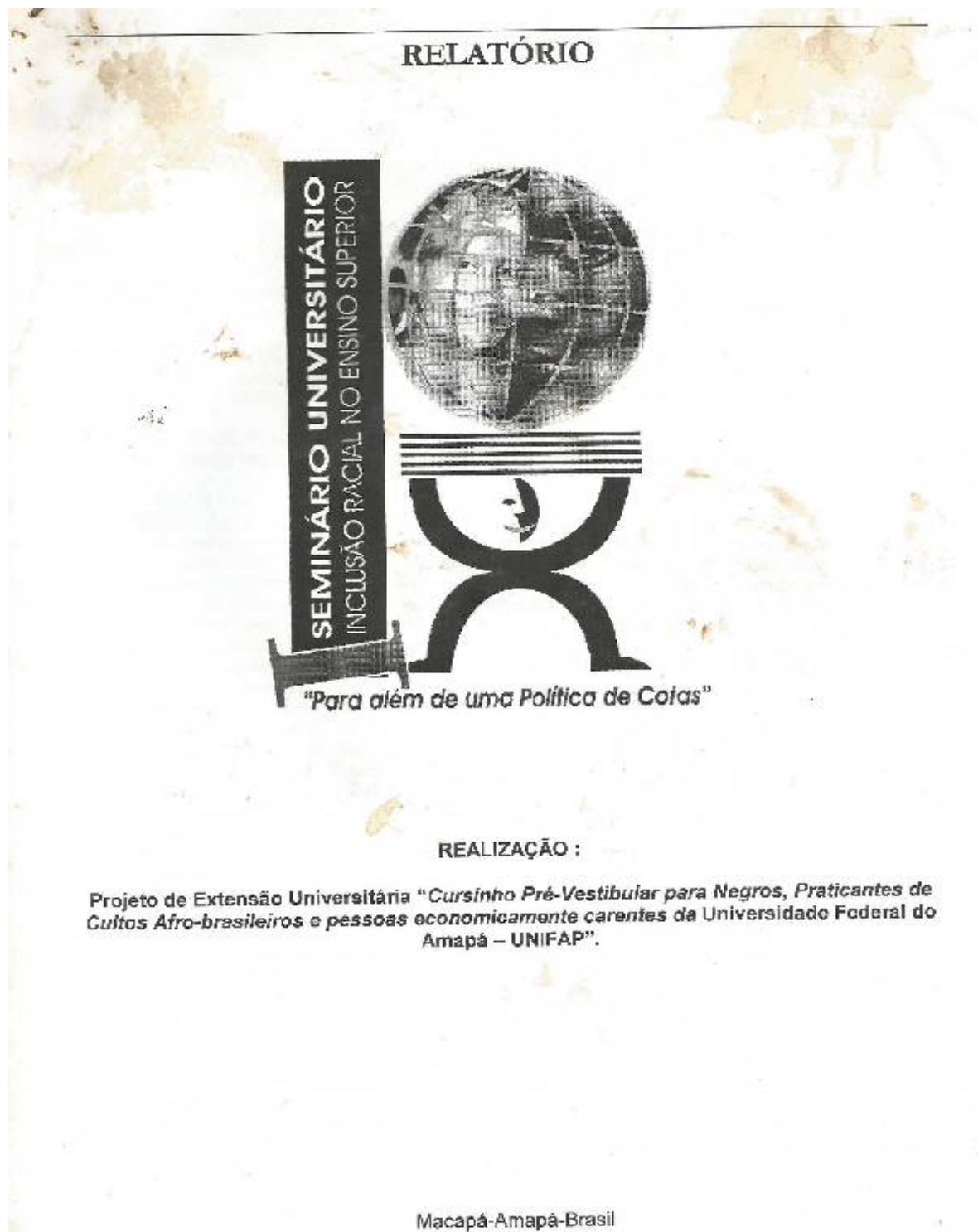
Na avaliação dos proponentes o desequilíbrio das escolas públicas que não dá conta da preparação para os processos seletivos das universidades, e os custos com intervenções dos cursinhos particulares é prejudicial para a disputa entre os estudantes "no vestibular, uma vez que apenas os candidatos de maior poder aquisitivo tem acesso aos cursos preparatórios.

Realização - O Projeto de cursinho para negros e carentes age diretamente contra essa marginalização da população brasileira, promovendo a participação gratuita da população econômica desse processo. Mariana diz que tem o projeto tem muito trabalho para vencer o preconceito dos negros nas universidades. "Resta ainda nos fazer a luta na Unifap, principalmente se for o caso de outros estados como de Minas, Al, para muito esforço, o desenvolvimento de uma instituição de estudantes negros".

Para José que reside em Mocambo no Amanhã acredita que essa situação é reflexo da posição de marginalização da população brasileira, que durante muito tempo não contou a população negra nas faculdades, no ensino superior e no mercado informal. Ele diz que o movimento negro está lutando e lutando para melhorar na estrutura educacional brasileira.

O professor Arthur Almeida, que além de ser militante negro também é membro do Conselho Nacional da FOCAMAR diz que a situação se agrava quando é considerada a situação religiosa afro-brasileira, e que a situação se dá também pela criação política em relação à discriminação racial. "Se não há negros na Unifap também não há negros no mercado das religiões de origem africana". Para ele, essa sociedade multicultural, a cultura da elite dominante é opressora, e ele não quer que a própria Universidade a sociedade marginalizada e marginalizada seja também, mas também respeito de indivíduos em condições, até agora, mesmo se como tal a mesa junto

Figura 8: Capa do folder do I Seminário Universitário Inclusão Racial no Ensino Superior: para além de uma política de cotas (2003).



Fonte: acervo UNIFAP

- Projeto original (CPV-NEGROS): este documento serviu de base para a pesquisa, no intuito de identificar as diretrizes originais do cursinho, que permitiram sua institucionalização. Coletou-se o projeto nos arquivos do CPV-NEGROS e analisou-se suas diretrizes básicas, através de uma fotocópia do documento original, pois não se dispõe dele, como mídia eletrônica. Devido a falta de tempo hábil e dificuldades logísticas não pudemos fazer uma análise sobre as falhas do projeto, ficando essa missão para trabalhos acadêmicos posteriores

- Relatórios de andamento do projeto: esses relatórios estão disponíveis no arquivo administrativo do UPV e foram úteis para a análise da visão da coordenação sobre o projeto, as dificuldades de execução, os acontecimentos considerados importantes pela mesma, além das formas de articulação política para manter o projeto funcionando, com o foco nas políticas de ação afirmativa para negros, carentes e praticantes de cultos afro-brasileiros. Como citado, não tivemos acesso aos demais relatórios do projeto, ficando assim uma pesquisa mais elaborada mais propícia a trabalhos futuros.

Em síntese, este capítulo está embasado na análise documental diante de uma pesquisa que feita no arquivo morto do Cursinho da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, no qual destaca-se a análise da criação e institucionalização do CPV-NEGROS na devida instituição, estabelecendo assim os documentos necessários para a devida análise.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a bibliografia consultada permitiu vislumbrar na primeira década dos anos 2000. 1) um aprofundamento nas discussões a respeito das ações afirmativas no Brasil amparadas por um governo pró-movimentos sociais. 2) O novo reconhecimento da raça como categoria explicativa das desigualdades sociais brasileiras tendo um impacto profundo dentro e fora do país, de forma que, 3) políticas de ações afirmativas se transformaram em modelos para políticas de inclusão nos novos projetos governamentais. A criação e institucionalização do CPV-NEGROS na UNIFAP se processou dentro desse contexto.

Desse modo, consideramos que o objetivo geral deste estudo que era apresentar a institucionalização do Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes dos Cultos Afro-brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes (CPV-NEGROS na UNIFAP foi alcançado à medida que conseguimos abordar os principais pontos do desenvolvimento do movimento negro no Brasil até chegar no contexto do ensino superior federal no estado do Amapá e seus desdobramentos iniciais.

Também os objetivos específicos que eram: 1) saber quem foram os agentes do processo, 2) conhecer as condições históricas em que o CPV-NEGROS Negros foi institucionalizado e 3) indicar que seus resultados, foram atingidos, na medida em que os documentos analisados foram suficientes para localizar no tempo os eventos correspondentes as ações locais e compará-las com os eventos históricos correlatos. Sem a ajuda dos agentes públicos que ainda cuidam desse acervo consultado³¹, esse trabalho não seria possível com a metodologia empregada. As fotos dos documentos e jornais apresentados neste trabalho são os dados que comprovam que o Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes de cultos afro-brasileiros e pessoas economicamente carentes se institucionalizou na UNIFAP; o projeto original e os relatórios são os dados que comprovam e atestam a identificação dos agentes históricos do processo de institucionalização do referido cursinho; a bibliografia analisada foi a prova de nossa pesquisa do contexto histórico

Por fim, consideramos que falta de um trabalho arquivístico na documentação disponível no referido projeto de extensão, impede que ele se torne um em arquivo histórico, valioso instrumento de pesquisa e de suma relevância para os pesquisadores, em especial, os de história. Fica expresso aqui nosso lamento.

Pode-se afirmar que de acordo com os objetivos propostos os resultados deste trabalho foram alcançados diante da análise dos dados obtidos nessa pesquisa, no qual o intuito era apresentar a institucionalização do Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes dos Cultos Afro-brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes (CPV-NEGROS) na Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, buscando através de levantamento bibliográfico estudos sobre o processo histórico dos negros no Brasil e no estado do Amapá, além de uma ampla análise que embasa a questão da criação e institucionalização desse Cursinho Pré-Vestibular nesta instituição de ensino, sendo estabelecido a partir de um projeto original, além de relatórios com fotos, jornais, entre outros documentos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Diversidade cultural, reparação e direitos. In: **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** – FEUFF (n. 12) - Rio de Janeiro/Niterói: Alternativa/EdUFF, 2010. p. 161-168.

ALMADA, Sandra. Abdias Nascimento. **Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

³¹O arquivo morto dentro das dependências da Coordenação desse projeto de extensão continua, desde sua fundação em 2002, sendo guardado.

BARBOSA, Luciene Cecília. **Racismo e Branquitude**: Representações na Telenovela “Da Cor do Pecado”. NEINB/USP – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. 2004.

BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. **Relatório da Coordenação Pedagógica**: Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes de Cultos Afro-Brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes. Projeto de Extensão Universitária: Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Macapá. 2002

CARDOSO, M. **O movimento negro**. Belo Horizonte: Mazza, 2002.

COUTO, Caroline Peres: **Políticas de ações afirmativas de corte racial no Brasil**: um panorama histórico. 2013.

DAFLON, Veronica Toste et all. **Ações Afirmativas Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro**: um panorama analítico. In: **Cad. Pesqui.**, v.43,n.48.São Paulo, Jan/Abril 2013.

DANTAS, Carolina Vianna. Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. In: **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF** (n. 12) - Rio de Janeiro/Niterói: Alternativa/EdUFF, 2010. p.141-150.

DOMINGUES, Petronio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos - Revista Tempo – ScieLO Brasil, 2007. Pp. 103-112.

_____. **Movimento negro brasileiro**: história, tendências e dilemas contemporâneos - Programa de pós-graduação em História - UFES, 2008. Pp. 110-111.

FERNANDES, Florestan, **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989 - (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 33).

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONÇALVES, Mariana de Araújo et all. **Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes de Cultos Afro-Brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes**. Projeto de Extensão Universitária: Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Macapá. 2002

GRIN, Monica, **A celebração da nova diversidade no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 36-45, Dezembro/Fevereiro 2005-2006

_____. **“Modernidade, Identidade e Suicídio: o ‘judeu’ Stefan Zweig e o ‘mulato’ Eduardo Oliveira e Oliveira”**. Topoi, n. 5, 2004.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005, 316 p.

HASENBALG, C. A. **Perspectivas sobre raça e classe**. Rio de Janeiro, 1981.

IKAWA, Daniela. **Direito às Ações Afirmativas em Universidades Brasileiras**. In: SARMENTO, Daniel (org.) **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2013.

MACHADO, SANDALA C. S. **O marabaixo e o PDSA de Joao Alberto Capiberibe**. In: I Encontro Estadual da Anpuh-AP- I Jornada Internacional de Estudos de Historia da Amazônia “Diasporas, Migrações E Territorialidade No Pan-Amazônia. Macapá-AP, 3 a 5 de Dezembro de 2014.

MACIEL, Alexsara de Souza. **Conversa Amarra Preto: A História da Trajetória da União dos Negros do Amapá – 1989/2000**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em História Social. Campinas: UNICAMP, 2001.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Ação Afirmativa no Brasil: um debate em curso**. IN: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador)**. – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983. p.40-46, 100-105; Ideologia de branqueamento das elites brasileiras e os dilemas da negritude. Comentário: Ana Boff de Godoy (UFRGS).

MOVIMENTO AFRODESCENDENTE DO AMAPÁ. **Cursinho Pré-Vestibular para Negros, Praticantes de Cultos Afro-Brasileiros e Pessoas Economicamente Carentes**. Relatório de Avaliação de Extensão Universitária. MACAPÁ. 2003

MUNANGA, Kabengele. Blog. **Eu, um negro**. Disponível em: <<https://umnegro.blospot.com.br/2008/05/kabengele-munanga-dificil-tarefa-de.blogEu,umNegro>>, Acessado em: 28/092016.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Discriminação e desigualdades raciais: 26 anos depois**. Lutas Sociais (PUCSP), v. 15/16, 2006, p. 206-208.

OLIVEIRA, Iolanda de; SACRAMENTO, Mônica Pereira do. **Raça, Currículo e Práxis pedagógica: Relações Raciais e Educação: O Diálogo Teoria/ Prática Na Formação De Profissionais Do Magistério**. In: **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n. 12) - Rio de Janeiro/Niterói: Alternativa/EdUFF, 2010. p. 205-284.**

OLIVEIRA, Carlos Eduardo e ROCHA, Saulo Jose dos Santos. Estado, políticas públicas e extensão universitária. **RDE Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, BA, Ano XIII n.22, Dezembro,2010.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **Movimento negro no Brasil republicano**. In: **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n. 12) - Rio de Janeiro/Niterói: Alternativa/EdUFF, 2010. p. 153-161.**

_____. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** Tese (Pós-Graduação em História). UFF. Niterói: 2010.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **A. lei 10639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”.**In: **Cadernos de História-Belo Horizonte**, v.12,2º sem.2011

PEREIRA, Jorge Alberto Saboya. **Ações afirmativas nas universidades públicas: aportes necessários ao debate da Política de Cotas.**Tese(Doutorado).Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social Rio de Janeiro,2009.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão em debate.** In: FREITAS, Marcos Cezar, (Org.). **Historiografia em Perspectiva.** 6 ed. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A metamorfose dos militantes negros em negros intelectuais:** In Revista Mosaico, Edição n. 5, ano III.PHPBC-FGV, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2011.

SILVA, Daniel Antonio Coelho; CARVALHO, Danilo, Nunes de. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: a resistência negra sob perspectiva marxista.** Revista Brasileira de Educação e Cultura, N. 01, jan-jun 2010, p. 08-23.

SILVA, Joselina. **A União dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50.** In: **Estudos afro-asiáticos.** vol. 25 Nº. 2. Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Liliane Tavares da Silva. **Racismo e Discriminação na Educação Infantil: uma realidade camuflada.** Guarabira: UEPB, 2011.

_____. **A Celebração oficial da nova diversidade no Brasil.** In: REVISTA USP, São Paulo, n. 68, p.36-45, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial.** IN: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador).** – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.

TRAPP, Rafael Petry e SILVA, Mozart Linhares da. **Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias indenitárias e ação política.** Revista Jovem Pesquisador, Santa Cruz do Sul, v.1, pp. 89-98, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, **Convênio que entre si celebram a Universidade Federal Do Amapá, a Universidade do Estado do Rio De Janeiro – através do Laboratório de Políticas Públicas e a Fundação de Apoio a Pesquisa e à Cultura da Universidade Federal do Estado do Amapá.** Macapá/AP. 2002

VAINFAS, Ronaldo. **Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira.** Revista 8º Tempo, Ago 1999. p. 01-12.